



Preços dos combustíveis podem subir em 1º de janeiro

A cobrança dos tributos federais incidentes sobre os combustíveis pode ocorrer a partir de 1º de janeiro, alertou o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado de Minas Gerais (Minaspetro), em nota divulgada ontem. A previsão aproximada de aumento nos preços, com a volta do PIS, Cofins e Cide, chega a até R\$ 1 para a gasolina, R\$ 0,50 para o etanol e R\$ 0,40 para o óleo diesel. **Pág. 6**

Estratégia da rede Ale é o atendimento customizado

Empresa genuinamente mineira, a Ale Combustíveis iniciou suas operações em 1996 e ganhou notoriedade nacional após a fusão, nos anos 2000, com a Satélite Distribuidora de Petróleo (SAT). A estratégia bem-sucedida do grupo foi manter a essência do atendimento customizado e próximo do cliente, priorizando o regionalismo. A Ale é a quarta maior distribuidora de combustíveis do País, com 1,5 mil postos. **Pág. 9**

EDITORIAL

O presidente Bolsonaro passou os últimos quatro anos buscando um novo mandato. E assumindo claramente que o faria pelo bem ou pelo mal, hora dizendo contar com “seu” exército, hora pregando e facilitando o armamento de civis e, por fim, tentando desacreditar o sistema de votação. Nada deu certo, com o agravante a seu desfavor de abandonar o mandato antes de completá-lo. Ainda assim conseguiu deixar suas marcas e da pior forma possível, conforme atesta o tosco terrorista preso em Brasília, depois de tentar explodir um caminhão carregado de combustível e assim, no seu entendimento, provocar o caos que levaria ao estado de sítio e à suspensão da posse. Pesquisas de opinião atestaram que pelo menos 75% da população não concorda e não avaliza nada do que está acontecendo. “Cumprir a lei, simplesmente”, **pág. 2**

ARTIGOS Págs. 2 e 3

Não ao terrorismo

(Cesar Vanucci)

De corporativo para empreendedor

(Eduardo Santinoni)

A importância do propósito empresarial

(Guilherme Feldman)

Superávit de empregos em Minas Gerais cai 80%

Saldo foi de 4.279 vagas em novembro, contra 22.106 no mesmo mês de 2021



O comércio foi o destaque na geração de postos de trabalho com carteira assinada no Estado no mês passado

Apesar de fechar novembro com um saldo positivo de 4.279 empregos formais, com 185.845 contratações e 181.566 demissões, Minas Gerais registrou uma queda de 80% no superávit em relação ao mesmo mês de 2021, quando foram criados 22.106 postos, com 191.488 admissões e 169.382 desligamentos.

Conforme os dados do Caged, no acumulado do ano, o Estado gerou 223.982 vagas com carteira assinada, resultado de 2,299 milhões de homologações de contrato de trabalho e 2,075 milhões de rescisões, uma retração de 33% frente a igual período do ano anterior.

O saldo do Estado no mês passado foi puxado pelo comércio, com geração de 9.725 empregos, seguido pelo setor de serviços (3.359). No sentido oposto, a construção eliminou 6.287 vagas; a agropecuária apresentou um déficit de 1.925; e a indústria, de 593 postos de trabalho. **Pág. 3**

Desembolsos do BDMG aumentam 23,8% em 2022

Os desembolsos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) somaram R\$ 2,28 bilhões de janeiro a 23 de dezembro de 2022, com crescimento de 23,8% frente ao mesmo período do ano passado. O crédito aprovado para as micro e pequenas empresas no Estado alcançou R\$ 413 milhões, um salto de 63,6%. O volume de financiamento destinado às médias e grandes empresas aumentou 13,6% até 14 de dezembro, chegando a R\$ 1,696 bilhão, com a captação de 287 clientes pela instituição de fomento. No projeto Agro Repasse, foram liberados R\$ 50,2 milhões para mais de 260 produtores rurais, por meio de dez cooperativas parceiras. **Pág. 5**



A liberação de financiamento do BDMG chegou a R\$ 2,28 bilhões de janeiro a 23 de dezembro

Alta da exportação intensifica abate de bovinos no Estado

Impulsionado pelo crescimento das exportações, o abate de bovinos em Minas Gerais aumentou 12,5% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período de 2021. De acordo com o IBGE, foram abatidas 772,6 mil cabeças de bovinos no Estado de julho a setembro. O peso das carcaças subiu 11,4%, chegando a 205,08 mil toneladas. Os embarques mineiros de carne bovina atingiram 62,2 mil toneladas no terceiro trimestre, com alta de 3,7% sobre igual intervalo do ano passado. Já o abate de suínos avançou 2,1%, atingindo 1,71 milhão de cabeças, enquanto a produção de frangos caiu 6,8% e a de leite, 2,4%. **Pág. 8**



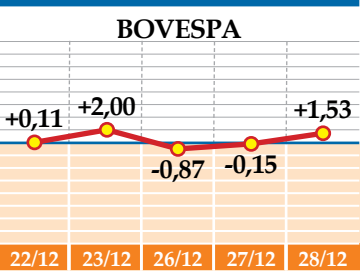
Em Minas Gerais, foram abatidas 772,6 mil cabeças de bovinos no terceiro trimestre deste ano



Dólar - dia 28	
Comercial	
Compra: R\$ 5,2540	Venda: R\$ 5,2550
Turismo	
Compra: R\$ 5,3400	Venda: R\$ 5,4670
Ptax (BC)	
Compra: R\$ 5,2730	Venda: R\$ 5,2736

Euro - dia 28	
Compra: R\$ 5,5994	
Venda: R\$ 5,6006	
Ouro - dia 28	
Nova York (onça-troy): US\$ 1.804,55	
BM&F (g): R\$ 304,97	

TR (dia 29):	0,0000%
Poupança (dia 29):	0,7418%
IPCA-IBGE (Novembro):	0,41%
IPCA-Ipead (Novembro):	0,26%
IGP-M (Novembro):	-0,56%





Não ao terrorismo

CESAR VANUCCI *

“Não há espaço no Brasil democrático para atos terroristas” - (Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado)

Chega! Assanha contestatória miliciana já ultrapassou todos os limites toleráveis. Indignada e atônita, a opinião pública põe-se à espera de que os órgãos competentes adotem, o quanto antes, as providências legais cabíveis para refrear e punir severamente o grupúsculo de fanáticos políticos engajado no impatriótico complô contra o Estado democrático de direito. A sociedade brasileira, de índole pacífica e vocação democrática, recusa a condição de refém indefeso que as ações terroristas recentes pretendem atribuir-lhe.

A democracia é benevolente e tolerante, às vezes até indulgente e condescendente. Defende a liberdade, a igualdade, a diversidade não rima com tudo, jeito maneira com fanatismo, fundamentalismo, totalitarismo, terrorismo. Rechaça, com veemência, essas formas pervertidas de negação dos direitos fundamentais que conferem dignidade a aventura humana.

O leitor já imaginou a proporção da catástrofe que teria ocorrido, no aeroporto de Brasília, no santo dia de Natal, caso a bomba armada no caminhão com 60 mil litros de combustível não tivesse sido desativada a tempo? Já imaginou também o tamanho da

tragédia que poderia ter resultado da insana tentativa de lançar do alto de um viaduto ônibus em chamas sobre uma via pública atulhada de veículos em circulação? Como lembra a escritora Márcia Tiburi, alvo de ameaças de empedernidos adeptos da corrente do ódio político, “o show diário de fanatismo, estupidez e paranoia desse universo paralelo tem que acabar...” Tem que acabar mesmo! Dentro de poucos dias dar-se a posse solene do presidente Lula e do vice-presidente Alckmin, escolhidos pelos brasileiros, em memorável disputa eleitoral, de lisura insofismável, louvada internacionalmente, para conduzir seus destinos pelo próximo quadriênio. Tudo indica que será festa cívica magnífica, com ampla participação popular e presença de influentes líderes mundiais em número avultado nunca dantes registrado em cerimônia do gênero. Artistas consagrados se ofereceram para apresentações em espetáculos que se estenderão pelo dia todo, em sinal de regozijo pelo significado democrático do evento. Os olhares da gente do povo estarão focados, com entusiasmo e esperança no ritual protocolar que inaugurará um novo e promissor marco na gestão dos negócios administrativos da Nação.

Por culpa dos terroristas os esquemas de segurança estão sendo naturalmente reforçados. “Terroristas

não vão emparedar a democracia”, assegura com firmeza e confiança o futuro Ministro da Justiça, Flavio Dino.

A propósito das provocações terroristas e golpistas, voltadas para o propósito de tumultuar a magna festividade do dia 1º, o senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado e Congresso, tornou pública declaração de que “Não há espaço no Brasil democrático para atos análogos ao terrorismo”. Acrescentou ainda: “As eleições se findaram com a escolha livre e consciente do presidente eleito que tomará posse no dia 1º de janeiro. O Brasil quer paz para seguir em frente e se tornar o país que todos nós desejamos. A reconciliação nacional, a volta de um ambiente de equilíbrio, de ponderação e de sensatez é fundamental. Questionamentos indevidos, crises que não precisam ser geradas, têm de ser combatidas”.

A grande maioria dos brasileiros pensa como o presidente do Senado. Estranha bastante o silêncio sepulcral dos atuais mandatários do poder diante dos ignominiosos acontecimentos em Brasília. E coloca-se na expectativa de que as investigações em andamento proporcionem **rápida elucidação dos fatos** com o enquadramento criminal de todos os envolvidos, além do terrorista já encarcerado.

*Jornalista (cantoniuss1@yahoo.com.br)

De corporativo para empreendedor

EDUARDO SANTINONI *

Hoje, queria começar este texto pelo passo zero do empreendedorismo, que vale tanto para quem está escolhendo uma franquia como para quem quer começar qualquer negócio, vale para os dois. Que é o movimento de olhar para dentro antes de empreender. É preciso saber o que faz sentido para cada um antes de procurar uma franquia ou escolher qual setor investir.

Eu já vivi essa jornada de migrar do mundo corporativo para me tornar empreendedor e sei o quão ansioso ficamos para deixar de ser funcionário de algum negócio e passar a ser empresário. Ficamos ansiosos para tomar essa decisão o mais rápido possível e fazer essa transição de forma acelerada, mas, se não olharmos para dentro, para o que faz sentido para cada um, não saberemos, de fato, qual caminho escolher e é possível acabar pegando qualquer oportunidade que aparecer.

O dinheiro é um fator muito importante, porém, essa questão do sentido será o fomentador no momento em que você precisa de energia, nos momentos de desafios, por isso é importante ter esse sentido tão claro e definido. Somente assim, você terá a disposição para persistir, acordar mais cedo, fazer o negócio dar certo quando as dificuldades chegarem – e vão chegar. Ter essa conexão com o propósito faz você dar o passo adicional.

Mas o que é esse olhar para dentro? Vamos exemplificar, pense em um salão de beleza, uma hamburgueria e venda de seguros. São três jornadas empreendedoras totalmente distintas e que podem fazer ou não sentido para cada pessoa. No salão, você precisará lidar com uma equipe com perfil específico, realizar ações e marketing para atrair clientes, definir e manter a qualidade dos serviços, cuidar financeiramente do negócio, entre outras funções. Se pensarmos na hamburgueria, será preciso fazer compras semanais ou diárias de produtos, com uma equipe diferente, focando também na qualidade dos produtos para se diferenciar da concorrência.

Por outro lado, o vendedor de seguros é autônomo, não tem equipe no primeiro momento, mas precisa ter resiliência ao ligar para dezenas de pessoas desconhecidas, receber vários “nãos” para, então, receber o primeiro “sim”.

Repare que são muito diferentes e que vão se encaixar em determinado perfil. A principal dica é segurar a ansiedade, parar e estudar os setores, olhar para dentro de você e ver o que faz mais sentido para a sua personalidade, para o que você deseja como rotina e futuro.

Muita gente quer empreender e tem dúvida para onde ir. É normal, já que existem centenas de caminhos que você pode trilhar, desde formato até setores. Para auxiliar, é possível encontrar profissionais dedicados a esse processo. E eu garanto, é vital essa procura. Eu mesmo fui atrás de um profissional nesta migração e esse processo é espetacular, pois essa ajuda pode acontecer de diversas formas.

Outra dica é conversar com quem vive aquilo que você está pensando em viver. Quer abrir uma hamburgueria? Converse com o dono de uma hamburgueria, entenda as dores que ele vive, como é a rotina, quem sabe até trabalhe um período em uma, para ver se é aquilo mesmo que você pensa e deseja. Somente este contato vai te esclarecer se você consegue encarar esses desafios.

Centenas de negócios abrem e fecham por ano, e quando não há clareza nos diversos aspectos que envolvem o sucesso, influenciam nessa prematuridade de fracasso.

Eu costumo sempre dizer que o CPF por trás do CNPJ precisa estar muito bem resolvido quanto ao setor que está entrando para que consiga tocar esse negócio e conseguir fazê-lo ter sucesso.

*Sócio-fundador da Y Consultoria, especializada em crescimento de redes, formatação de franquias e implantação de OKR

DC

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932

Fundador: José Costa

Presidente do Conselho Gestor

Luiz Carlos Motta Costa

conselho@diariodocomercio.com.br

Presidente e Diretora Editorial

Adriana Muls

adriana.muls@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo

Yvan Muls

yvan.muls@diariodocomercio.com.br

Conselho Consultivo

Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

Conselho Editorial

Adriana Machado - Claudio de Moura Castro

Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick

Mônica Cordeiro - Teodomiro Diniz

Cumprir a lei, simplesmente

O presidente Bolsonaro, que viajaria hoje para o resort Mar-a-Lago, em Palm Beach, na Florida, propriedade do ex-presidente Donald Trump, que tenta se vender como sofisticado mas na realidade não passa de monumento à cafonice e fonte permanente de incômodo para seus vizinhos, estes sim sofisticados na maioria, passou os últimos quatro anos buscando um novo mandato. E assumindo claramente que o faria pelo bem ou pelo mal, hora dizendo contar com “seu” exército, hora pregando e facilitando o armamento de civis e, por fim, tentando desacreditar o sistema de votação. Como no caso de seu hoje anfitrião, nada deu certo, com o agravante a seu desfavor de abandonar o mandato antes de completá-lo.

Ainda assim conseguiu deixar suas marcas e da pior forma possível, conforme atesta o toco terrorista preso em Brasília esta semana, depois de tentar explodir um caminhão carregado de combustível e assim, no seu entendimento, provocar o caos que levaria ao estado de sítio e à suspensão da posse. Segundo ele, tanta ousadia por conta da pregação de Bolsonaro, pregando o armamentismo civil, que entendia como espécie

Evidente que tem algo mais, como no caso do bloqueio de rodovias ou nas manifestações em frente a quartéis, tudo articulado, apesar dos vexames que não foram poucos, e com alguém pagando a conta da pregação contra a democracia e explicitamente a favor de um golpe de Estado

de seguro para a democracia. Dono de um arsenal pelo qual declarou ter pago R\$ 160 mil, quantia muito acima do poder aquisitivo de um gerente de posto de combustível no Pará, que também se permitiu o luxo de passar mais de mês em Brasília “acampado” para defender o golpe, está comprovado que este indivíduo não agiu sozinho ou por conta própria. Evidente que tem algo mais, como no caso do bloqueio de rodovias ou nas manifestações em frente a quartéis, tudo

articulado, apesar dos vexames que não foram poucos, e com alguém pagando a conta da pregação contra a democracia e explicitamente a favor de um golpe de Estado, numa escalada que ninguém pode assegurar que comece a regredir. Daí providências já anunciadas para reforçar os esquemas de segurança no domingo, dia da posse, e a proteção do eleito. Resumindo, estamos todos, brasileiros, diante de riscos graves e de toda uma coleção de crimes que não podem ser varridos para debaixo de algum tapete, postos de lado em nome de suposta reconciliação.

Cabe entender que toda essa movimentação correu por conta de um pequeno grupo articulado, escudado por inocentes úteis que também, considerado o todo, não foram muitos, enquanto pesquisas de opinião atestaram que pelo menos 75% da população não concorda e não avaliza nada do que está acontecendo. Resumindo, e tendo em conta que as ditas forças de segurança foram no mínimo lenientes nestes dois meses, só se pode esperar para frente que se aplique a lei, com rigor, não por desejo de um governo, um governante ou grupo político, mas exclusivamente em defesa do Estado brasileiro.

<div>Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.</div> <div>Av. Américo Vespúcio, 1.660</div> <div>CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456</div>	<div>Telefones</div> <div>Geral: 3469-2000</div> <div>Administração: 3469-2002</div> <div>Redação: 3469-2040</div> <div>Comercial: 3469-2060</div> <div>Circulação: 3469-2071</div> <div>Industrial: 3469-2085</div> <div>3469-2092</div> <div>Diretoria: 3469-2097</div>	<div>COMERCIAL</div> <div>comercial@diariodocomercio.com.br</div> <div>Diretor de Mercado</div> <div>José Luiz S. M. Borel</div> <div>jose.lui@diariodocomercio.com.br</div> <div>Gerente Industrial</div> <div>Manoel Evandro do Carmo</div> <div>industrial@diariodocomercio.com.br</div> <div>Assinatura</div> <div>Semestral: Belo Horizonte, Região Metropolitana: R\$ 296,00</div> <div>Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento</div> <div>Anual: Belo Horizonte, Região Metropolitana: R\$ 557,00</div> <div>Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento</div>	<div>REPRESENTANTES</div> <div>São Paulo-SP - Alameda dos Maracatins, 508 - 9º andar</div> <div>CEP 04089-001 (11) 2178.8700</div> <div>Rio de Janeiro-RJ - Praça XV de Novembro, 20 - sala 408</div> <div>CEP 20010-010 (21) 3852.1588</div> <div>Brasília-DF - SCN Ed. Liberty Mall - Torre A - sala 617</div> <div>CEP 70712-904 (61) 3327.0170</div> <div>Recife - Rua Helena de Lemos, 330 - salas 01/02</div> <div>CEP 50750-280 (81) 3446.5832</div> <div>Curitiba - Rua Antônio Costa, 529</div> <div>CEP 80820-020 (41) 3339.6142</div> <div>Porto Alegre - Av. Getúlio Vargas, 774 - Cj. 401</div> <div>CEP 90150-02 (51) 3231.5222</div>
<div>REDAÇÃO</div> <div>Editora-Executiva</div> <div>Luciana Montes</div> <div>Editores</div> <div>Alexandre Horácio</div> <div>Rafael Tomaz</div> <div>Clério Fernandes</div> <div>Cláudia Duarte</div> <div>pauta@diariodocomercio.com.br</div>	<div>Assinatura: 3469-2001 - assinaturas@diariodocomercio.com.br</div>		<div>Preço do exemplar avulso</div> <div>Exemplar avulso R\$ 2,50</div> <div>Exemplar avulso atrasado R\$ 3,50</div> <div>Exemplar para outros estados R\$ 3,50*</div> <div>(+ valor de postagem)</div>

(Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto)



A importância do propósito empresarial

GUILHERME FELDMAN *

Dentre as mudanças no mundo dos negócios, a principal delas é sobre como o acionista deixa de ser o foco das organizações, que antigamente buscavam apenas a maximização do lucro ao acionista, para que outros stakeholders ganhem espaço. Em paralelo, o lucro deixa de ser o objetivo principal das empresas e passa a ser um item de sobrevivência.

No ecossistema das startups temos vivido um cenário que reforça mais ainda esta tese. O momento turbulento da economia mundial gerou escassez de capital para modelos de negócio que não trazem resultado. As startups que nos últimos anos viviam de promessas arrecadando milhões em diversas rodadas de investimento, se veem em um cenário onde investidores evitam grandes riscos, a liquidez diminui e a fonte seca. Não só startups passam por um cenário turbulento, mas mesmo grandes empresas como Meta, Amazon e Twitter, que passam por crises e demissões em massa, buscando se preparar para o novo cenário.

As empresas de especulação perdem espaço e a tese de que o lucro é necessário para sobrevivência ganha força. Rodadas de investimento já não são recorrentes como eram antes e não podem ser mais a fonte de capital das empresas. Resta crer que a empresa precisa rodar no positivo para sobreviver ou não terá espaço nesse novo normal. Se antes o lucro ou a promessa dele era questão de sobrevivência, agora nem mais a promessa é uma possibilidade. Ele precisa ser real.

Entretanto, diferente do que se falava no antigo capitalismo, isso não quer dizer que o objetivo central das empresas é de maximização de lucro para o acionista. O conceito é diferente. O lucro precisa existir. É a saúde para a empresa. Assim como o ser humano precisa estar saudável para sobreviver, as organizações precisam do lucro para sobreviver. Nenhum ser humano vive apenas para ser saudável, mas é saudável para poder viver. Assim como as empresas não deveriam viver apenas para gerar lucro, mas gerar lucro para viver. Nesse caso, a ordem dos fatores altera o produto.

O ponto central é de que o lucro é necessário, mas ele é apenas uma consequência. Assim como a saúde humana é consequência de uma boa alimentação, exercícios físicos, saúde mental, boas noites de sono e por aí vai, o lucro da companhia é uma consequência de diversas ações e decisões tomadas pelos integrantes da empresa. Matematicamente é claro que o lucro é a diferença entre receita e despesa, mas o que gera receita? Mais do que isso, o que gera receita com a menor despesa possível? Ou mais, como fazer isso repetidas vezes e gerar longevidade para a geração de lucro e manter a saúde da companhia?

Como ser humano sabemos que não adianta se alimentar bem por um mês e fazer exercícios por 30 dias e achar que estaremos saudáveis. Como empresa o conceito é o mesmo. Não é um mês de lucro que vai garantir a existência. Então a saúde da companhia é a combinação da geração de lucro com constância. Cada negócio tem a sua forma de gerar receita. E cada negócio tem a sua maneira de gerenciar as despesas. Mas a consistência desse processo é garantida pela geração de valor e esse ponto é similar em muitos negócios.

Independente do mercado e da empresa, todas as organizações são impactadas por grupos de stakeholders. Clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros, acionistas, são diversos os stakeholders que impactam um negócio. Lá no passado as empresas olhavam apenas para os acionistas. Algumas passaram a colocar o cliente no centro. Outras o colaborador. Mas acima de quem está no centro o importante é olhar para o todo. Assim como reforçado pela Teoria dos Stakeholders, Freeman (2010), a organização é impactada por diversos grupos de stakeholders e o interesse de todos os grupos devem ser considerados. O papel da companhia e de seus líderes é de administrar e moldar esses relacionamentos da empresa com seus stakeholders com a intenção de olhar para todos, fazendo os grupos se desenvolverem juntos e não apenas colocando os interesses da própria organização na frente dos outros. Portanto, servir aos interesses de todos os stakeholders seria a melhor maneira de crescer, desenvolver o negócio e mercado e, acima de tudo, de gerar valor com longevidade.

Esse senso de pertencimento da organização a um grupo e a sociedade, gerando uma importância em olhar para fora e não mais apenas para dentro, gera uma série de consequências. As grandes empresas e o mundo já perceberam isso. A companhia não mais tem o objetivo de maximizar o lucro do acionista, mas ela tem um papel no seu mercado, no seu ecossistema e acima de tudo, na sociedade. Por um tempo as organizações gastavam rios de dinheiro em consultorias para criar missões, visões e valores que pudessem ser estampadas nas paredes da empresa. Frases bonitas que falassem o que as pessoas queriam ouvir. Hoje já não cola mais. Hoje a empresa possui um papel na sociedade, mesmo ela não reconhecendo isso ainda. Existe um motivo para aquela empresa existir, uma ideia central que conecta todos os stakeholders da companhia, que a colocam em algum lugar na sociedade e essa ideia central é seu propósito.

O propósito da companhia, diferente da antiga missão, não é inventado. Não é uma consultoria que escreve uma frase bonita. Consultorias podem até ajudar a descobrir qual é ele, mas não criar um. O propósito é identificado e não criado. Ele existe, em algum lugar lá na cabeça das pessoas, enraizado por uma série de experiências já vividas. E o propósito reforça a ideia de que há um ponto central na companhia que pode unir todos os stakeholders em algo muito maior do que apenas gerar lucro – ter um papel na sociedade.

* CEO da Bilheteria Digital



De acordo com o Caged, que é divulgado pelo Ministério do Trabalho e Previdência, foram geradas 9.725 vagas pelo comércio

CAGED

Minas mantém bom índice de geração de vagas

Em novembro, foram abertos 4.279 novos postos de trabalho; comércio lidera

MARA BIANCHETTI

Minas Gerais manteve o ritmo de geração de emprego em novembro e abriu 4.279 novos postos de trabalho no penúltimo mês de 2022. Ao todo foram 185.845 admissões e 181.566 demissões no último mês no Estado. O resultado, porém, despencou na comparação com igual mês do ano passado, quando foram geradas 22.106 vagas, a partir de 191.488 contratações e 169.382 desligamentos. O recuo entre os exercícios foi de 80%.

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Previdência, o comércio puxou o desempenho do período, enquanto a construção e agropecuária apresentaram saldos negativos, influenciando o baixo índice apurado pelo Estado no mês.

Com o resultado, no acumulado do ano, Minas já soma 223.982 postos, oriundos da contratação de 2,299 milhões de pessoas e desligamentos de outras 2,075 milhões. No mês, o Estado perdeu a segunda colocação na geração de vagas em todo o País, ficando atrás de Rio de Janeiro e São Paulo. Já no acumulado dos onze meses, manteve a posição no ranking, assim como São Paulo em primeiro lugar.

A geração entre janeiro e novembro também ficou abaixo da registrada nos mesmos meses de 2021. Naquela época, as admissões somaram 2,074 milhões, enquanto as dispen-

sas 1,736 milhão, resultando em um saldo de 335.203 vagas de emprego. O recuo neste caso foi de 33%.

Ainda assim, o superintendente de Gestão e Fomento ao Trabalho e à Economia Popular Solidária da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Marcel Cardoso Ferreira de Souza, destaca a trajetória positiva apresentada pelo Estado. Conforme ele, cerca de 630 mil postos foram gerados no acumulado dos últimos quatro anos, evidenciando a força do mercado de trabalho mineiro. “Isso revela o desenvolvimento econômico

se destacou com a criação de 3.359 vagas no mês. O resultado também foi inferior às 12.590 da mesma época do ano passado. No acumulado de 2022 o setor já soma 128.888 vagas. Em novembro, o principal destaque da atividade ficou com as vagas da administração pública, alojamento e alimentação.

Na outra ponta, a construção fechou 6.287 unidades no mês passado. Em novembro de 2021 o saldo do setor também havia ficado negativo, porém, em 3.839. E nos onze meses de 2022 a atividade já contabiliza 17.832 empregos gerados. Neste caso, cons-

da construção civil em Belo Horizonte teve destaque em 2022, com recorde de vendas de apartamentos e criação de postos de trabalho.

“A perspectiva de ampliação do investimento em programas de habitação popular deve aquecer o setor no próximo ano e, consequentemente, continuar trazendo perspectivas positivas para o mercado de trabalho no setor”, explica.

A agropecuária também apurou déficit em novembro. Foram menos 1.925 empregos no setor, ainda em função do término da colheita da safra de café. Em novembro do ano passado o resultado havia sido positivo em 618 postos e no acumulado de 2022 até novembro, o saldo de empregos da atividade está superavitário em 12.137. A maior influência para o resultado mensal, neste caso, foi do grupo agricultura, pecuária e serviços relacionados.

Por fim, a indústria somou -593 vagas de emprego no décimo primeiro mês deste ano. Na mesma época de 2021 o resultado do setor havia sido de 740 vagas. Já no acumulado dos onze meses de 2022 o resultado está positivo em 38.943. A indústria da transformação puxou o desempenho para baixo no mês. Destaques negativos para: preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis e fabricação de produtos de minerais não metálicos.

Com o resultado, no acumulado de 2022, Estado já soma 223.982 postos, oriundos da contratação de 2,299 milhões de pessoas e demissões de outras 2,075 milhões

de Minas e o dinamismo do mercado de trabalho, que apesar da rotatividade, segue com saldo positivo”, afirma.

Setores - Na análise por setor, destaca-se a geração de 9.725 empregos pelo comércio em novembro. Apesar de positivo, o desempenho foi inferior ao apresentado pela atividade no mesmo mês de 2021, quando o saldo chegou a 11.997 vagas. No ano, o setor já acumula 26.182 postos formais. No mês, o maior volume de postos foi criado pelo comércio varejista.

O setor de serviços também

trução de edifícios, obras de infraestrutura e serviços especializados para a construção tiveram desempenhos semelhantes no mês.

Mas o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Sinduscon-MG), Renato Michel, pondera que o setor tem sido um dos motores de recuperação da economia no período pós-pandemia, com forte empregabilidade de no decorrer do exercício. Segundo ele, apesar do forte aumento do preço dos materiais de construção desde o ano passado, o desempenho

País criou mais de 135 mil postos de trabalho

O Brasil criou em novembro 135.495 postos de trabalho formal, segundo as Estatísticas Mensais do Emprego Formal do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgadas ontem (28), em Brasília.

O resultado positivo de novembro decorre do total de 1,748 milhão de admis-

sões ante 1,612 milhão de demissões. No ano, o saldo até novembro é de 2,466 milhões de empregos formais criados. O estoque total de carteiras assinadas no país chegou a 43,144 milhões.

O grupamento de atividade econômica que mais gerou vagas em novembro foi o comércio: 105.969 novos postos de trabalho. Nos ser-

viços, foram 92.213 empregos criados.

Houve queda, contudo, na indústria, que perdeu 25.707 vagas, devido a uma pressão negativa do setor sucroalcooleiro, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego. Houve retração também na construção, com menos 18.769 postos, e na agropecuária, que teve redução de 18.211

trabalhadores formais.

Regiões - O resultado ficou positivo também em quatro das cinco regiões do país. O Sudeste abriu o maior número de vagas, com saldo positivo de 84.164, seguido por Nordeste (29.213), Sul (20.750) e Norte (3.055). Houve queda de 773 postos de trabalho no Centro-Oeste. (ABR)

CDL-BH

Vendas em outubro superam média nacional

Termômetro de Vendas aponta crescimento de 1,1% do comércio varejista da Capital frente ao mês de setembro

LEONARDO LEÃO

O comércio varejista de Belo Horizonte apresentou um crescimento de 1,1% nas vendas em outubro deste ano, de acordo com os dados do Termômetro de Vendas da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH). Esse aumento superou as médias nacional (0,4%) e estadual (0,6%) registradas no mês. Fatores como o Dia das Crianças e uma base de comparação mais fraca foram alguns dos responsáveis por esse resultado. Já na comparação com outubro de 2021, as vendas do comércio na capital mineira cresceram 0,97%.

As vendas do varejo no mês de outubro foram 1,1% maiores que o índice registrado em setembro. Os segmentos que apresentaram crescimento nesse período foram drogarias e cosméticos (7,13%); supermercado (6,21%); artigos diversos (4,29%); papelarias e livrarias (3,91%); eletrodomésticos e móveis (2,48%) e informática (1,06%). Já vestuário e calçados (-2,28%); veículos e peças (-2,17%); material elétrico e de construção (-0,37%) fecharam o mês com desaceleração.

“A boa movimentação do comércio é efeito da geração de empregos contínua na Capital, da otimização das medidas realizadas pelo governo federal como redução do ICMS e aumento do Auxílio Brasil. Além disso, a queda do desemprego e os bons índices de confiança de consumidor e empresário fizeram com que o comércio tivesse desempenho positivo no período”, explica o presidente da CDL/BH, Marcelo de Souza e Silva.

Assim como o presidente, a economista da entidade, Ana Paula Bastos, também destaca a queda da taxa de

desemprego e da taxa de inflação, além da chegada de uma data comemorativa com um forte apelo emocional como o Natal como alguns dos fatores para esse resultado acima da média. Outro ponto destacado foi o retorno da circulação de pessoas, que eleva o consumo e, somado aos fatores macroeconômicos, impulsionam o comércio. “No mês de outubro aconteceu o Dia das Crianças que influenciou positivamente nas vendas. Também é interessante observar que o crescimento do setor de ‘artigos diversos’ ocorreu devido à demanda de brinquedos e materiais esportivos, produtos com enfoque na data comemorativa do mês”, destaca Souza e Silva.

Ela explica que além do contexto macroeconômico como o efeito gerado pelo Dia das Crianças, o fato desse crescimento ser em comparação com o mês de setembro também ajudou para a obtenção desse resultado acima da média. Setembro é uma base fraca, que não possui uma data comemorativa no período. “Mas nesse ano todo, o comércio apresentou um bom desempenho, com resultados positivos em todas as bases de comparação. Então isso mostra um início de recuperação pós-pandemia”, ressalta a economista.

Acumulado de 2022 - Enquanto isso, no acumulado de 2022, o termômetro registrou um crescimento de 0,69% nas vendas no comércio da Capital; já a média do indicador ficou em 1,16%, o que significa um crescimento e uma performance positiva da atividade comercial no decorrer dos meses. Os segmentos do varejo que mais se destacaram foram papelarias e livrarias, com um aumento de 4,68%. Outros segmentos que também

registraram um desempenho positivo no período foram informática (3,84%); supermercados (3,23%); drogarias e cosméticos (3,02%); eletrodomésticos e móveis (1,40%); e artigos diversos (1,45%).

Por outro lado, material elétrico e de construção (-1,5%) e vestuário e calçados (-1,32%) apresentaram queda no acumulado do ano.

2021 x 2022 - O termômetro de vendas também apontou para um crescimento na comparação com outubro do ano anterior. Nesse caso, as vendas do varejo em Belo Horizonte subiram 0,97%. Os destaques foram drogarias e cosméticos (5,95%); papelarias e livrarias (5,54%); supermercados (2,52%); informática (2,45%); eletrodomésticos e móveis (2,10%); e artigos diversos (1,21%).

Os segmentos que não apresentaram bons resultados neste comparativo foram veículos e peças (-3,21%); material elétrico e de construção (-1,46%) e vestuário e calçados (-0,99%).

A pesquisa revela que esses resultados demonstram uma recuperação do setor de comércio e serviços, causada por uma movimentação acima do que era esperado para a cidade. “A retomada da economia e o ‘fim’ da pandemia potencializaram o consumo neste período, mesmo com uma base comparativa ‘fraca’, por ser um mês com uma importante data comemorativa. É possível dizer que a atividade comercial e econômica tem crescido” afirma o presidente da CDL/BH.

O dirigente também conclui que a geração de empregos foi, novamente, o destaque para a capital mineira. Ele conta que esse índice vem acumulando um saldo positivo desde fevereiro deste ano e, só



Fatores como Dia das Crianças e base de comparação mais fraca são responsáveis por resultado

no mês de outubro, já foram gerados 3.015 empregos. O comércio foi responsável por 88 novos postos de trabalho e o setor de serviços contratou 2.523 funcionários, o maior número segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) daquele mês.

Já na análise dos últimos doze meses (Nov.21 - Out.22) / (Nov.20 - Out.21), o termômetro de vendas da CDL/BH indicou um crescimento de 0,80% nas vendas do varejo. Os segmentos de papelarias e livrarias (6,39%); artigos diversos (4,22%); supermercados (2,99%); drogarias e cosméticos (1,93%); veículos e peças (1,41%); e informática (1,34%) foram os destaque nesse comparativo.

Enquanto os segmentos de material elétrico e de construção (-3,80%) e eletrodomésticos e móveis (-0,87%) foram os únicos que tiveram queda nas vendas. “Ambas demandam alto investimento e, muitas vezes, auxílio de linhas de crédito. Com a taxa de juros e a inadimplência elevadas, acabam sendo prejudicadas”, esclarece o presidente da CDL/BH.

Perspectivas são positivas para 2023

A economista da CDL/BH afirma que é esperado um crescimento para este último trimestre, já que o período possui três grandes datas como o Dia das Crianças, que impulsionou as vendas de outubro; a Black Friday em novembro - que é uma data que movimentou muito o comércio, principalmente, de artigos de maior valor agregado - e o Natal, que é a maior data do comércio no ano. “Nós estamos esperando um fechamento positivo deste ano, em relação ao ano passado, do comércio varejista”, diz a economista.

Quanto ao início de 2023, ela explica que as perspectivas também são positivas, mas que é necessário esperar. “As perspectivas são positivas e a gente espera que com um controle maior da inflação, a política monetária comece a recuar, a taxa de juros comece a

cair. Então, isso tem um impacto muito positivo na inadimplência, porque a negociação da dívida fica mais barata, e que o desemprego continue a desacelerar. Então isso significa maior renda disponível e, com isso, as pessoas vão voltar a consumir e isso gera um círculo virtuoso na economia. Mas a gente está realmente esperando agora é a posse do novo governo para ver como vai ficar”, relata Ana Paula.

Por fim, o presidente da CDL/BH afirma que as projeções para o varejo de Belo Horizonte são positivas. “O índice de confiança do consumidor cresceu, a taxa de desemprego está em queda e, com isso, haverá mais circulação de renda e ampliação do poder de consumo. Esperamos que esse desempenho se mantenha em 2023”, finaliza Marcelo de Souza e Silva. (LL)

SANEAMENTO

Concessões do setor encontram resistência

Brasília - O acesso a serviços de saneamento básico precisa ser massificado até 2033, mas a meta definida pelo novo marco do setor corre risco diante da resistência de governadores e prefeitos em delegar os serviços de água, esgoto e coleta de resíduos à iniciativa privada.

Apesar de a população atendida por concessionárias privadas ter saltado de 4,5% em 2018 para 23% neste ano, a maior parte do investimento (81%) ainda continua concentrada em entes públicos. “Os estados e municípios precisam acelerar o ritmo das concessões”, diz o diretor-executivo da Abcon (associação das concessionárias de água e esgoto), Percy Soares Neto.

Dados da associação indicam que o investimento médio para que toda a população tenha acesso à infraestrutura básica precisa ser de R\$ 75 bilhões por ano pelos próximos 12 anos - 4,5 vezes o patamar atual (de R\$ 16,5 bilhões).

Para Cláudio Frischtak, sócio da Inter.B, consultoria que assessora grandes grupos de infraestrutura no país, não há mais espaço para o Estado nesse mercado: “Precisa de muito investimento e a escassez fiscal impede [a participação estatal]”, diz. “Em pouquíssimos

anos, a iniciativa privada já demonstrou interesse [pelo negócio]. Mas, se o ritmo atual de investimento seguir como hoje, não vamos universalizar o serviço”.

Frischtak também considera que a questão é política. “Essas estatais são ineficientes e funcionam como cabides de empregos”, diz ele. E ainda continua: “Não há como universalizar sem que haja um plano robusto de concessões por governadores e prefeitos”. O prazo para que os entes federativos publiquem o plano de saneamento - com diretrizes para o cumprimento da meta de cobertura - vence em 31 de dezembro. Até o momento, poucos cumpriram a exigência legal.

Os 26 leilões previstos no país até 2023 devem gerar mais de R\$ 21,7 bilhões em novos investimentos contratados ao longo de 35 anos de concessão em 303 municípios - onde vivem 16% dos habitantes do país. Caso se concretizem, até lá, quase 40% dos brasileiros estarão sendo servidos pela iniciativa privada. Os principais projetos são de água e esgoto no Ceará, Sergipe, Rio Grande do Sul e Alagoas.

Análise - Um estudo recente

do BTG Pactual mostra que o mercado tem apetite para financiar as novas entrantes. A receita da concessionária - líquida e certa - é a principal garantia de que as empresas honrarão o pagamento de possíveis empréstimos.

Os bancos também têm atuado na emissão de debêntures (títulos privados de dívida) das concessionárias. Somente as 12 principais já levantaram R\$ 6,5 bilhões após a aprovação do marco.

No geral, as captações com debêntures passaram de R\$ 5 bilhões, em 2019, para R\$ 19,5 bilhões, em 2021. Neste

ano, movimentaram R\$ 14,7 bilhões até setembro. Entretanto, são números ainda inexpressivos diante do esforço que o país precisa fazer para atingir níveis aceitáveis.

Dados do Serviço Nacional de Informação de Saneamento (Snis) mostram que, em agosto de 2020, cerca de 16% da população não tinha acesso à água potável e 45% não era servida por esgotamento sanitário. Com esse desempenho, o país se iguala ao Peru e fica abaixo de outros emergentes como México, Rússia, Chile e China. (Julio Wiziack/Folhapress).



Dados do Snis mostram que cerca de 16% não têm água potável

Novo Marco Legal pode ser discutido

contratos de programa, nos quais empresas estaduais de saneamento assumem contratos de prestação do serviço em prefeituras, sem licitação.

Hoje, segundo o relatório do BTG, mais da metade desses contratos está em situação irregular e a grande maioria não segue sob supervisão de agências reguladoras - que, por serem independentes, exigem o cumprimento das metas sob pena de multa e, no limite, a cassação dos contratos.

Uma das críticas de assessores do PT ao modelo de

concessão definido pelo novo marco é que o preço pago pelos consumidores subiu demais. O levantamento do BTG, entretanto, mostra que o preço médio por metro cúbico de água e esgoto cobrado atualmente por empresas privadas é de R\$ 4,63, contra R\$ 4,72, por empresas públicas.

Ainda não se sabe como Lula conduzirá o assunto. Mesmo assim, oito associações ligadas ao setor já pediram em manifesto que o novo marco seja mantido. Além da Abcon, estão entre elas a Associação

Brasileira da Infraestrutura e das Indústrias de Base (Abdib) e Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Somente em 2007, no segundo governo de Lula, é que o Congresso aprovou a Lei Nacional do Saneamento Básico com as diretrizes nacionais, modificadas recentemente pelo novo marco, que estabeleceu a competição (por meio de leilões) entre estatais e empresas privadas pelos contratos de prefeituras e estados. (JW/Folhapress)

BANCO DE FOMENTO

Desembolsos do BDMG já cresceram 23,8% no ano

Foram liberados R\$ 2,28 bilhões

MICHELLE VALVERDE

Os desembolsos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) mantiveram o crescimento em 2022. Entre janeiro e 23 de dezembro, a entidade liberou R\$ 2,28 bilhões em crédito, uma elevação de 23,8% se

“Neste ano ainda enfrentamos os reflexos da pandemia e tivemos que reorientar a nossa estratégia para garantir fôlego aos negócios”

comparado com o mesmo intervalo de 2021. Para 2023, a estimativa é de nova alta nos desembolsos.

Em nota, o presidente do BDMG, Marcelo Bomfim, explicou que apesar dos desafios enfrentados, a entidade conseguiu manter os desembolsos em alta, o que é importante para diversos setores - inclusive o público - que precisam do crédito para dar seguimento às ati-

vidades, investir e ampliar a produção.

“Mesmo com todos os desafios, o BDMG vai conseguir encerrar 2022 com resultados muito consistentes. Aumentamos os desembolsos, cumprimos o papel de um banco de desenvolvimento, que é o de estar onde as pessoas mais precisam, e mantivemos a sustentabilidade financeira”, disse Bomfim.

Entre os setores atendidos, as empresas se destacam. No que se refere às micro e pequenas empresas, ao todo, foram desembolsados R\$ 413 milhões, valor que superou em 63,6% o volume de crédito aprovado entre janeiro e 23 de dezembro de 2021.

“Neste ano ainda enfrentamos os reflexos da pandemia e tivemos que reorientar a nossa estratégia para garantir fôlego aos negócios. As micro e pequenas empresas precisavam de uma resposta rápida às dificuldades enfrentadas pelo fechamento do comércio e o banco respondeu a essas necessidades da sociedade mineira”, disse Bomfim.

Para as médias e grandes empresas o volume de desembolsos cresceu 13,6% até 14 de dezembro, chegando



Bomfim afirma que o BDMG cumpriu o papel de um banco de desenvolvimento, que é estar onde as pessoas mais precisam

a um montante de R\$ 1,696 bilhão. No período, o BDMG conquistou 287 clientes neste segmento.

O projeto Agro Repasse, novo modelo de negócios em que o BDMG atua junto às cooperativas, também registrou resultados positivos. Atuando com instituição de segundo piso, os recursos desembolsados desta categoria chegaram a R\$ 50,2 milhões, valor que foi destinado a mais de 260 produtores rurais, por meio de 10 cooperativas parceiras do BDMG.

Ao longo de 2022, o BDMG também ampliou o volume de desembolsos para o setor público. Foram R\$ 165 milhões, um aumento de 82,2% entre janeiro e 23 de dezembro, se comparado ao mesmo período do ano passado.

Conforme os dados do BDMG, a instituição financeira está presente em 94% dos 853 municípios mineiros. Em 35% dessas cidades, o banco é a única fonte de financiamento. O crédito desembolsado tem sido mais direcionado à estruturação de projetos, principalmente na área de infraestrutura.

Memorando - Para manter os desembolsos em alta, principalmente, para aportes em projetos de sustentabilidade, no início do mês, o BDMG assinou um memorando de entendimento junto ao New Development Bank (NDB) com o objetivo de captar US\$ 200 milhões em 2023, cifra próxima a R\$ 1 bilhão. Os recursos, serão voltados para investimentos em projetos

que estejam atrelados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da ONU.

Durante a assinatura, o presidente do BDMG ressaltou a importância dos recursos. “O BDMG apresentou o projeto ao Comitê de Financiamentos Externos (Cofix) e, este projeto, foi considerado um dos melhores. Conseguimos uma aprovação para o aval soberano de início desse projeto de até US\$ 200 milhões, o que corresponde a R\$ 1 bilhão. Os recursos serão destinados à nossa população mineira, teremos taxas mais baratas e prazo de 25 anos para pagamento. Isso vai permitir o desenvolvimento de Minas Gerais”, explicou.

Entre os projetos que podem ser financiados estão os

de infraestrutura dos municípios, incluindo transporte e mobilidade urbana, saneamento, fontes renováveis e eficiência energética.

Iniciativas de alto impacto em desenvolvimento humano e socioambiental - como agricultura sustentável, saúde e bem-estar e inclusão produtiva, entre outros - também poderão ter acesso aos recursos.

Expectativas positivas - Para 2023, as estimativas são positivas e a tendência é de novo crescimento nos desembolsos.

“Mesmo com a pandemia e o cenário difícil que enfrentamos neste ano, o BDMG ampliou o volume de desembolsos. Para o ano que vem, a expectativa é de um valor de desembolsos ainda maior”.

SETOR ELÉTRICO

Minas se tornou o primeiro estado do País a atingir 4 GW de geração solar

Minas Gerais se tornou, ontem, o primeiro estado brasileiro a atingir a marca de 4 GW de geração de energia solar fotovoltaica, de acordo com dados divulgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A marca alcançada inclui contabilização da produção tanto por geração centralizada (que inclui grandes usinas) quanto a geração distribuída (pequenos módulos descentralizados).

“A conquista inédita evidencia o compromisso de Minas com o incentivo à produção energética por meio de fontes limpas e renováveis”, afirma o governo estadual em nota.

Minas Gerais possui, hoje, 100% de seus 853 municípios com ao menos uma unidade de geração de energia solar fotovoltaica. A marca é importantíssima para entender a posição do estado como referência nacional no setor, sobretudo em um contexto de busca pela manutenção do equilíbrio ambiental e de corrida para zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa.

Sol de Minas – De acordo com o Executivo estadual, vale destacar, ainda, o papel fundamental do Projeto Sol de Minas do Governo do Estado, que visa expandir a produção de energia solar fotovoltaica por meio de diversas frentes de atuação. São exemplos: a capacitação dos gestores

municipais para atrair empreendimentos do setor solar; a elaboração do Atlas Solarimétrico, em conjunto com a Cemig, para apontar os pontos de oportunidade e conexão no Estado; a elaboração de incentivos fiscais para produção de energia elétrica de fonte renováveis; e a simplificação do procedimento de licenciamento ambiental para geração de energia solar.

Essas medidas, dentre outras, são implementadas com os objetivos de aumentar a capacidade instalada de geração de energia elétrica, fortalecer a cadeia produtiva da geração de energia solar fotovoltaica, aumentar a participação de energias limpas na matriz energética do estado e reduzir a emissão de gases do efeito estufa.

Cenário energético - A participação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), por meio da Diretoria de Energia (Dien), foi essencial para analisar o cenário energético de Minas Gerais. A avaliação de cluster fotovoltaico evidenciou os gargalos na cadeia produtiva e possibilitou a tomada de decisão de medidas efetivas. Assim, foi possível encaminhar medidas para possibilitar o crescimento da geração de energia solar e o desenvolvimento econômico das regiões contempladas, gerando emprego e renda.

De acordo com o secretário

de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, essa conquista de Minas em relação à geração de energia solar reflete, ante outras coisas, “investimentos sólidos e constantes no setor, além da melhoria no ambiente de negócios voltados para energia sustentável, fortalecendo a cadeia produtiva da geração de energia solar e prospecção de investimentos voltados para esse tipo de energia”. **(Com informações da Agência Minas)**



Atualmente, todos os 853 municípios mineiros contam com ao menos uma unidade de geração

Privatização da Cemig será discutida

São Paulo - O governo de Minas Gerais discutirá a privatização da elétrica Cemig no segundo mandato do governador Romeu Zema (Novo), segundo uma nota do Estado divulgada ontem.

O jornal Valor Econômico informou ontem que a privatização poderia ocorrer por meio de uma operação de venda de ações que tornaria a elétrica uma *corporation*, com controle pulverizado.

Procurado, o governo de Minas Gerais afirmou que discussões sobre eventuais processos de privatização e os modelos a serem adotados “certamente serão objeto de discussão” no segundo mandato de Zema, além de serem amplamente discutidos com a sociedade e demais poderes.

Em nota, o Estado acrescentou que trabalha para a Cemig ter foco total nos investimentos em Minas Gerais.

“Ativos detidos pela empresa fora do seu objetivo principal podem ser alienados, caso haja interesse de outros investidores e o preço de venda seja favorável à Cemig”, disse, em nota.

Segundo a notícia do Valor, a proposta do governador seria manter o Estado como um acionista relevante da Cemig. Ainda não estaria definido se haveria a criação de uma *golden share*, ação de classe especial que confere ao Estado poder de veto em determinados assuntos.

“O Estado não venderia, a empresa receberia novos investimentos e só de o Estado não ter a voz final eu fico satisfeito, porque a empresa fica blindada contra a má gestão. O Estado continua recebendo dividendos e vai ter uma valorização”, disse Zema ao Valor.

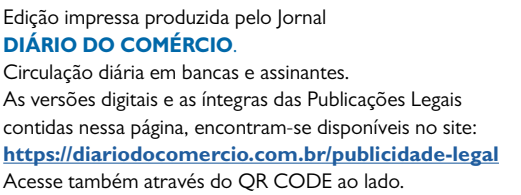
Em 2023, ele pretende colocar em

curso uma agenda de privatizações, que inclui duas outras estatais, Copasa e Codemig, segundo a publicação.

Zema tem planos de privatizar a Cemig desde que foi eleito governador em 2018, mas o projeto não ganhou tração durante seu primeiro mandato, principalmente por forte resistência de parlamentares locais.

Reeleito em outubro deste ano, ele pretende retomar o plano nos moldes do que foi feito na Eletrobras e que está sendo replicado também pelo Paraná na Copel.

A Cemig é uma das poucas elétricas ainda estatais. Nos últimos anos, a companhia realizou um reposicionamento de sua estratégia, buscando reduzir sua participação em negócios considerados não estratégicos e alocando mais recursos para investimentos em Minas Gerais. **(Reuters)**



Preço da gasolina pode subir até R\$ 1 nas bombas

THYAGO HENRIQUE

Segundo o Minaspetro, a reoneração que pode ocorrer a partir de 1º de janeiro “acende um sinal de alerta para o mercado”. Eles afirmam que

O corte dos tributos foi feito pelo atual governo, de Jair Bolsonaro (PL). A iniciativa visava conter a escalada de preços decorrentes de alguns fatores.

será recebido pelos postos, o último elo da complexa cadeia de produção e venda de combustíveis”.

Ainda em nota, o Minaspetro salienta que "o varejo de combustíveis é um dos segmentos mais competitivos do País e historicamente tem repassado os descontos das recentes mudanças no regimento tributário".

O corte dos tributos foi feito pelo atual governo, de Jair Bolsonaro (PL). A iniciativa



Com o fim do prazo, Haddad pediu para o ministro da Economia, Paulo Guedes, que a medida não seja prorrogada. Porém, há rumores de uma possível ampliação do prazo por 30 dias.

Orçamento - O Orçamento de 2023, aprovado pelo Congresso na semana passada, prevê a manutenção da desoneração no próximo ano, a um custo de R\$ 52,9 bilhões para os 12 meses. Desse total, a renúncia de arrecadação é estimada em R\$ 34,3 bilhões para a redução de PIS/Cofins e Cide de gasolina, etanol e gás veicular e em R\$ 18,6 bilhões para o corte de PIS/Cofins sobre diesel, biodiesel,

Portanto, a reoneração desses insumos tende a gerar um ganho de receitas do governo federal e melhora no resultado primário.

O corte de tributos sobre combustíveis deu significativa contribuição para o arrefecimento da inflação neste ano, com o IPCA registrando inclusive deflações mensais. O BC monitora o tema, que pode impactar nas decisões de política monetária.

A desoneração já enfrentou resistências dentro do próprio governo. Antes de sua adoção, membros da equipe econômica chegaram a afirmar que a desoneração para a gasolina seria negativa porque traria benefícios principalmente a famílias de renda média e alta. **(Com informações Reuters)**

Confiança do setor tem alta em dezembro, após três quedas consecutivas

Rio - O Índice de Confiança da Indústria (ICI), calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/ Ibre), subiu 1,2 ponto em dezembro, para 93,3 pontos, após três meses de quedas consecutivas. Em médias móveis trimestrais, o índice recuou 2,1 pontos.

Segundo o economista do FGV/Ibre, Stéfano Pacini, após três meses em queda, a confiança da indústria melhorou em dezembro, mas não foi suficiente para recuperar as perdas sofridas no ano. O pesquisador destacou que parte da indústria sofreu com problemas de insumos e outra, com redução de demanda, levando a um aumento dos estoques em 2022.

Ele acrescentou que o resultado de dezembro mostra melhora da situação atual influenciada por ligeiro aumento na demanda e dos estoques. “Apesar da melhora pontual, o nível de confiança segue baixo em todas as categorias de uso e na maior parte dos segmentos. Em relação às percepções de futuro, os empresários seguem

cautelosos quanto às contratações possivelmente influenciados por um cenário de desaceleração econômica e política monetária contracionista”, disse, em nota, Pacini.

Em dezembro, houve alta da confiança em 11 dos 19 segmentos industriais monitorados pela sondagem. O Índice Situação Atual (ISA) cresceu dois pontos, para 93,8 pontos. O Índice de Expectativas (IE) acomodou-se ao variar 0,2 ponto para 92,8 pontos.

De acordo com a pesquisa, entre os quesitos que integram o ISA, o indicador que mede a situação atual dos negócios foi o que mais influenciou ao subir 2,8 pontos para 92,5 pontos. Segundo o instituto, o resultado reflete uma percepção de ligeira melhora da demanda e redução dos estoques no período com altas de 0,6 e 2,3 pontos, para 92,1 e 102,5 pontos, respectivamente. Segundo a sondagem, o nível de utilização da capacidade instalada da indústria cedeu 0,2 ponto, para 79,6% pior resultado desde maio de 2021 (77,8%).

(ABr)

Gustavo Costa A. Oliveira, Leileiro MAT. JUCEMG Nº 507, realizará os leilões online, por meio do Portal: www.gpleiloes.com.br. Abertura: 06/01/23. Encerramento: 19/01/23 a partir das 10 hs. Bens: Sucatas diversas e equipamentos. Contato: **Bartolô Distribuidora S.A.**, informações sobre visitação e edital completo pelo site ou tel. (31) 3241-4164.

Gustavo Costa A. Oliveira, Leileiro MAT. JUCEMG Nº 507, realizará os leilões online, por meio do Portal: www.gpleiloes.com.br. Abertura: 29/12/22. Encerramento: 12/01/23 a partir das 14 hs. Bens: Máquinas e equipamentos. Contato: **Difera Alguem de Equipamentos LTDA**, informações sobre visitação e edital completo pelo site ou tel. (31) 3241-4164.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

RESULTADO DA CONCORRÊNCIA 003/2022

A Prefeitura de Itaituna torna público o resultado do processo licitatório 258/2022 na modalidade Concorrência nº 003/2022. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de soluções tecnológicas para o trânsito, incluindo peças, serviços e mão de obra, com implantação de redutores eletrônicos de velocidade e fiscalização. Vencedora: **GCT – GERENCIAMENTO E CONTROLE DE TRÂNSITO S/A, CNPJ: 01.466.431/0001-00**, por sua proposta no valor global de R\$513.936,00 (quinhentos e treze mil, novecentos e trinta e seis reais). Itaituna, 28 de dezembro de 2022 – Carlos R. G. Malta – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

TOPÁZIO LOCAÇÕES LTDA CNPJ - 39.382.544/0001-56 - NIRE - 3121189469-4

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE SÓCIOS

(i) Data, Hora e Local: Aos 15 de Dezembro de 2022, às dez horas, na sede da sociedade em Belo Horizonte, MG, na Rua Sinal da S/A, nº 325, Bairro Cidade Jardim, CEP 30.380-070. (ii) Presenças: Constatada a presença do único sócio **TOPÁZIO PARTICIPAÇÕES S/A**, com sede na Rua Sinal da S/A, nº 325, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte - Minas Gerais, CEP 30.380-070, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 3130009644-1 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG e o CNPJ/MF sob o nº 13.254.906/0001-43, neste ato representado por seu administrador Representante Legal **Eduardo de Almeida Ferreira**, brasileiro, industrial, solteiro, com registro no Conselho Nacional de Bens, CPF nº 374.042-41-49, Carteira de Identidade nº 1.141.000, expedida pela PCMG, com domicílio e residência à Rua Sinal da S/A, nº 325, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte - Minas Gerais, CEP 30.380-070. (iii) COMPOSIÇÃO DA MESA: **Eduardo de Almeida Ferreira**, já qualificado e **Fernando Vaz Ferreira**, brasileiro, solteiro, maior, casado, residente e domiciliado na Rua Sinal da S/A, nº 325, bairro Cidade Jardim, município de Belo Horizonte, MG, CEP 30.380-070, portador da Carteira de Identidade nº MG-15.624.938, expedida pela SSP-MG e o CPF nº 067.133.826-90 (iv) Deliberação: Foi tomada a seguinte deliberação: Por ser considerado excessivo em relação ao objeto da sociedade, fica aprovada a redução do Capital Social no valor de R\$ 2.435.000,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil reais), mediante a extinção de 2.435.000,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), total de titularidade da única sócia **TOPÁZIO PARTICIPAÇÕES S/A**, já qualificada, sendo que o respectivo valor será pago mediante extinção de seu débito junto a **TOPÁZIO LOCAÇÕES LTDA**, deste momento valendo na contabilidade nesta mesma data. (v) Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Assembleia, lavrando a presente ata que depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios. **Eduardo de Almeida Ferreira** – Presidente da Assembleia. **Fernando Vaz Ferreira** – Assessorado da Assembleia; **Topázio Participações S/A** sócia representada por **Eduardo de Almeida Ferreira**.

AXS ENERGIA UNIDADE S/A

CNPJ/MF nº 45.870.799/0001-05

Ata da Reunião de Diretoria Realizada em 21 de Dezembro de 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 21 de dezembro de 2022, às 9h00, na sede da Companhia, na Estrada Rural, s/nº, Zona Rural, no Município de Claudio, Estado de Minas Gerais, CEP: 35530-000 ("Companhia"). **2. Presença:** Presentes todos os membros da Diretoria da Companhia ("Diretores"). **3. Convocação:** Nos termos do estatulado no Estatuto Social da Companhia. **4. Mesa:** Sr. Rodolfo de Sousa Pinto, na qualidade de Presidente e o Sr. Paulo Thomazoni, na qualidade de Secretário. **5. Da Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (a) a correção e complementação dos termos indicados nos itens "a", "e" e "f" da "Ordem do Dia" da Ata da Reunião de Diretoria da Companhia, realizada em 01 de dezembro de 2022, às 10h00 ("Reunião de Diretoria Anterior"), que, a partir da presente data, serão interpretados da seguinte forma ("Alteração Ordem do Dia"): (a) a emissão de 1 (uma) cédula de crédito imobiliário integral ("CCI") representativa da totalidade dos Recebíveis de Locação (conforme definido do Contrato de Cessão) devidos pelas Devedoras (conforme definido abaixo), decorrentes dos "Instrumentos Particulares de Contrato de Locação de Imóvel e Outras Avencas", a serem celebrados entre a Companhia e a Devedoras ("Créditos Imobiliários"), nos quais a Companhia alugará a fração ideal correspondente a 53,5% (cinquenta e três inteiros e cinco centos por cento) da: (á) área correspondente a 10,7ha do imóvel localizado na Cidade de Claudio, Estado de Minas Gerais, registrado sob a matrícula nº 9.185 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Claudio ("Imóvel Claudio"); (b) área correspondente a 10,5ha do imóvel localizado na Cidade de Frei Inocêncio, Estado de Minas Gerais, registrado sob a matrícula nº 65.418 do 1º Registro de Imóveis de Governador Valadares ("Imóvel Frei Inocêncio"); (c) área correspondente a 22,0911ha do imóvel localizado na Cidade de Macatuba, Estado de São Paulo, registrado sob a matrícula nº 5.514 do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Macatuba ("Imóvel Macatuba"); (d) área correspondente a 8,0ha do imóvel localizado na Cidade de Guaraci, Estado do Paraná, registrado sob a matrícula nº 3.935 do Oficial de Registros de Imóveis da Comarca de Jaguapitã ("Imóvel Guaraci"); e (e) área correspondente a 14,0ha do imóvel localizado na Cidade de Miraselva, Estado do Paraná, registrado sob a matrícula nº 17.792 do Cartório de Registro de Imóveis de Porecatu ("Imóvel Santa Luzia"), e em conjunto com o Imóvel Claudio, o Imóvel Macatuba e o Imóvel Guaraci, os "Imóveis" ao **Consórcio Axs Energia Unidade 02**, pessoa jurídica de direito privado, constituído na forma de consórcio empresarial, com sede na Estrada Rural, s/nº, Zona Rural, no Município de Claudio, Estado de Minas Gerais, CEP: 37.900-907, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 39.530.899/0001-00 ("Consórcio") e a **Cooperativa Axs Energia Unidade 02**, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de cooperativa, com sede administrativa na Estrada Rural, s/nº, Zona Rural, CEP: 35530-000, cidade de Claudio, estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.954.074/0001-20 ("Cooperativa") e em conjunto com o Consórcio, simplesmente as "Devedoras" (conforme aditados de tempos em tempos), por meio da celebração do "Instrumento Particular de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário sem Garantia Real Imobiliária sob a Forma Escritural", entre a Companhia, e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira, com filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132, Itaim Bibi, CEP 04534-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de instituição custodiante da CCI (conforme definido abaixo) ("Escritura de Emissão de CCI"); (...) (e) a autorização, pela Companhia, na qualidade de locadora dos Imóveis e de consorciada do Consórcio, para a celebração do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas e Outras Avencas", a ser celebrado entre a Companhia, as Devedoras e as Fiduciárias ("Contrato de Cessão Fiduciária"), no qual será constituída cessão fiduciária sobre, entre outras: (i) pelo Consórcio, da totalidade dos recebíveis do Consórcio devidos por seus Consorciados (conforme definidos no Contrato de Cessão); (ii) pela Cooperativa, da totalidade dos recebíveis da Cooperativa devidos por seus Cooperados (conforme definidos no Contrato de Cessão); (iii) todos os direitos e prerrogativas, presentes e futuros, detidos e a serem detidos em relação às contas correntes vinculadas de titularidade das Devedoras ("Contas Vinculadas"), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; (iii) todos os créditos, presentes e futuros, correspondentes aos recursos depositados e que vierem a ser depositados (independentemente de onde se encontrarem, inclusive, sem limitação, enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária) em qualquer das Contas Vinculadas; (2) os Investimentos Permitidos (conforme definidos no Contrato de Cessão); e (3) qualquer outro bem ou direito que vier a ser adquirido ou transferido em razão do emprego de recursos depositados e que vierem a ser depositados, inclusive em razão de excussão de garantias ("Cessão Fiduciária"); (f) a outorga, pela Companhia, de alienação fiduciária da totalidade dos direitos de superfície sobre os Imóveis, nos termos das "Escrituras Públicas de Alienação Fiduciária de Direito Real de Superfície e Outras Avencas", a serem lavradas pelo 3º Tabelião de Notas de São Paulo - SP e assinadas pela Companhia e pelas Fiduciárias ("Alienação Fiduciária de Direitos de Superfície" e "Escrituras de Superfície"); (b) a outorga da cessão fiduciária, pela Companhia, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, de: (a) todos os direitos e prerrogativas, presentes e futuros, detidos e a serem detidos em relação à conta corrente nº 0130104296, agência nº 3131, de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Santander Brasil S.A., instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e 2.235, Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.404.000/0001-42 ("Banco Santander Brasil S.A."); (b) a outorga, por exclusividade, pelo Banco Santander Brasil S.A., instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e 2.235, Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.404.000/0001-42, em favor da **Oliveira Trust Serviços S.A.**, instituição financeira com filial na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04526-100, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20 ("Agente Administrativo") e pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, nos termos dos Contratos de Administração de Conta Vinculada ("Conta Escrow Devedores"); e (b) (1) todos os direitos creditórios, presentes e futuros, correspondentes aos recursos depositados e que vierem a ser depositados (independentemente de onde se encontrarem, inclusive, sem limitação, enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária) na Conta Escrow Devedores; (2) os Investimentos Permitidos; e (3) qualquer outro bem ou direito que vier a ser adquirido ou transferido em razão do emprego de recursos depositados e que vierem a ser depositados, inclusive em razão de excussão de garantias ("Cessão Fiduciária da Conta Escrow das Devedores"); e (c) a ratificação de todos os atos já praticados pelos administradores da Companhia com relação às deliberações acima e na Reunião de Diretoria Anterior. **6. Das Deliberações:** Em atendimento às matérias da Ordem do Dia, os Diretores da Companhia aprovaram: (a) a ratificação de todas as deliberações aprovadas na Reunião de Diretoria anterior, com a Alteração da Ordem do Dia; (b) a constituição da Cessão Fiduciária da Conta Escrow das Devedores, por meio dos atos relacionados nos itens da Ordem do Dia acima, e (c) a ratificação de todos os atos já praticados pelos administradores da Companhia com relação às deliberações acima e na Reunião de Diretoria Anterior. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e ninguém se manifestando, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, conferida, aprovada e assinada por todos os presentes. A presente ata confero com a lavrada em livro próprio. 21 de dezembro de 2022. **Diretores:** Rodolfo de Sousa Pinto; Paulo Thomazoni.

Gustavo Costa Aguiar Oliveira, Lelloeiro Oficial MAJ. JUCEMG nº 507, realizará leitura online, por meio do Portal: www.gpleioes.com.br. Abertura: 06/01/2023. Encerramento: 19/01/2023 à partir das 10:00 hs. Bens: Maquinas e equipamentos. Contorno Alimentos S/A. Informações sobre visitação e edital completo no site ou pelo tel.: (31) 3241-4164.

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BRASÍLIA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 Nas atribuições de Síndica, faço saber a todos os condôminos do Edifício Brasília, situada à rua carijós 558, CENTRO, BELO HORIZONTE - MG, que por motivo de força maior, será realizada a Assembleia Geral Extraordinária agenda para o dia 30/12/22. Nova data será marcada para realização de mesmo que ocorrer nos próximos dias, de acordo com o art. 1.350 do Código Civil de 2002, e da lei 4.591/64 (O Livro de convocação será publicado, oportunamente, bem como o Edital de convocação, no site eletrônico do âmbito do condomínio, ressaltando assim o princípio da publicidade e transparência.

BeLo Horizonte, 27/12/2022
CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BRASÍLIA
 Sônia Aparecida dos Reis (Síndica)

CAMPS PEÇAS DE VESTUÁRIO LTDA.
 CNPJ: 31.364.700/0001-99 - NIRE: 3121124757
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião de Sócios da Sociedade Limitada Camps Peças de Vestuário Ltda.
 Seio do CONDOMÍNIO da **CAMPS PEÇAS DE VESTUÁRIO LTDA.** ("Sociedade") a se reunir em Reunião de Sócios, com fulcro na Cláusula Décima Segunda e seu parágrafo único, do Contrato Social da Sociedade e nos artigos 1.072 e 1.152 do Código Civil Lei nº 10.406/2002, a se realizar, no dia 29 de dezembro de 2023, às 9:00 (nove horas), horário de Brasília, ou, em segunda convocação, na mesma data, às 9:15 (nove horas e quinze minutos), horário de Brasília, de forma remota, por meio da plataforma "Zoom Meetings". Já do reunião 957 7842 8322, e senha de acesso a se disponibilizada para os sócios por correio eletrônico, nesta data, para fins de deliberar sobre a seguinte ordem de agenda: (I) Proposta de aumento de capital social em montante equivalente a R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais); e (II) Proposta de revisão do Contrato Social da Sociedade visando a promoção de uma alteração de capital social, alterando, especificamente, a cláusula décima e seguintes. Belo Horizonte/MG, 29 de dezembro de 2022. **LUISA ALVES MORATO** - Sócia-Administradora

Gustavo Costa Aguiar Oliveira, Lelloeiro Oficial MAJ. JUCEMG nº 507, realizará leitura online, por meio do Portal: www.gpleioes.com.br. Abertura: 19/12/2022. Encerramento: 11/01/2023 à partir das 14:00 hs. Bens: Equipamentos, máquinas, eletrônicos, peças. Conteúdo: Q2Netshop Indústria Mecânica e Comércio de Produtos eletrônicos Eirell. Informações sobre visitação e edital completo no site ou pelo tel.: (31) 3241-4164.

A NOVAMETAIS METALURGIA LTDA. por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 33.235/2017, a Licença de Operação Corretiva – Classe 3, para a atividade de código B-04-02-2 - "Fundição de alumínio, beneficiamento de borra e de sucata de alumínio e comercialização e beneficiamento de todos os metais, ligas, lingotes, tarugos, cobre, bronze, chumbo, zinco, alumínio, baterias, transformadores e óleo usado", localizada na Rua Juiz de Fora, nº 25, Bairro Distrito Industrial Paulo Carneiro Norte - Betim/MG - CEP 32.651-128.



ASSEMBLEIA

Orçamento do Estado para 2023 é aprovado

Déficit estimado para o próximo ano é de R\$ 3,5 bilhões, valor 69,7% inferior ao projetado para o atual exercício

O Orçamento do Estado para 2023 foi aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em Reunião Extraordinária realizada ontem. Na mesma reunião, foi aprovada também a revisão para o próximo ano do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2020-2023.

O orçamento, contido no Projeto de Lei (PL) 4.009/22, de autoria do governador Romeu Zema, estima as receitas e as despesas do Estado para o próximo exercício e foi aprovado com emendas conforme parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO), amplificada com membros das demais comissões. De acordo com a proposição encaminhada pelo governador Romeu Zema, a receita fiscal para 2023 foi estimada em R\$ 106,1 bilhões. Já a despesa fiscal projetada é de R\$ 109,6 bilhões. Portanto, prevê-se um déficit fiscal de R\$ 3,5 bilhões, valor 69,7% inferior ao programado para 2022.

Para a elaboração da proposta orçamentária, foram utilizados como parâmetros para 2023: crescimento do PIB de 2,5%; inflação acumulada de 3,3%; e taxa básica de juros de 10% ao ano. As receitas correntes terão aumento de 10,4% em 2023, chegando a R\$ 128,4 bilhões. Porém, por conta de mudanças na contabilização das transferências constitucionais aos municípios, a receita fiscal total terá redução de 15,6%.

A principal fonte de receita do Estado permanece sendo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), cuja arrecadação vai avançar 5%, chegando a R\$ 71,5 bilhões. Já a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) terá aumento de 15,1%, totalizando R\$ 8,5 bilhões em 2023.

A despesa fiscal deve encoller 20,2% em 2023. Está projetada redução de 16,4% nas despesas correntes, estimadas em R\$ 87,6 bilhões. A despesa com o pagamento de juros e encargos da dívida do Estado com a União deve cair 77,2%, perfazendo R\$

1,8 bilhão. Já a amortização da dívida deve consumir R\$ 2,2 bilhões, o que representa uma queda de 54,6% em relação a 2022.

Segundo o parecer do relator do PL 4.009/22 na FFO ampliada, deputado Hely Tarquínio (PV), essa queda se deve possivelmente à expectativa de adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) no próximo ano.

Em 2023, a despesa com pessoal do Poder Executivo vai continuar acima dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Somada com a Defensoria Pública, essa despesa será o equivalente a 52% da Receita Corrente Líquida do Estado (RCL). O limite máximo desse gasto é de 49% da RCL. Os demais órgãos e poderes estaduais estarão com suas despesas de pessoal dentro dos limites da LRF.

O Orçamento 2023 foi elaborado, ainda, de modo a cumprir as determinações constitucionais de gastos com saúde (R\$ 8,9 bilhões) e educação (R\$ 18,6 bilhões).

Benefícios fiscais - Os benefícios fiscais aprovados nacionalmente, independentemente de decisão do Estado, como o Simples Nacional, devem somar R\$ 1,4 bilhão em 2023, o que representa uma redução de 17,9% em relação ao montante projetado para 2022.

A concessão de novos benefícios deve experimentar uma queda de 98,5%, per-

MENTA
ARES
INTROCEL
IOLA
ANTOS
AZEVEDO
ENRIQUE
ANDRO
SILVEIRA
EIRO SILVA
SHEILA
NELI GRILLO
ANDRADA
ELO
N FREIRE
ILO
SON BATISTA
HIR

PDT
PSD
PCdoB
CIDADANIA
Republicanos
PSC
PL
PL
PT
PSDB
PL
UNIÃO
PATRI
PSD
PATRI
PSD
PSD

27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI 4.008/2022

Governador Romeu Zema Neto

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2020-2023, para o exercício de 2023.

Reuniões de Comissão

Redação

Redação

10:00

15:00

Presentes 59

Em comissão 0

CLARISSA BARGANTE / ALMG

NORALDINO JÚNIOR
OSVALDO LOPES
PROFESSOR CLEITON
PROFESSOR IRINEU
PROFESSOR WENDEL MESQ
RAFAEL MARTINS
RAUL BELÉM
ROBERTO ANDRADE
ROSÂNGELA REIS
SARGENTO RODRIGUES
SÁVIO SOUZA CRUZ
TÁDEU MARTINS LEITE
THIAGO COTA
TITO TORRES
ULYSSES GOMES
VIRGÍLIO GUIMARÃES
ZÉ GUILHERME
ZÉ REIS

Foram apresentadas ao projeto de Orçamento para o próximo ano 599 emendas parlamentares e 14 de blocos e bancadas

fazendo R\$ 8,8 milhões. Já os benefícios preexistentes, que são aqueles concedidos pelo Estado e já consolidados, estão estimados em R\$ 15,4 bilhões, o que representa um aumento de 31,1% na comparação com 2022.

O total de investimentos e inversões financeiras terá aumento de 6,3% em 2023. Estão projetados para o próximo ano investimentos de R\$ 2 bilhões em recursos do acordo judicial firmado com a Vale para reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho (Região Metro-

politana de Belo Horizonte), em janeiro de 2019.

Já o Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado foi estimado em R\$7,9 bilhões, o que representa um aumento de 27,7%. Os investimentos da Cemig Geração e Distribuição devem chegar a R\$ 2,3 bilhões, um aumento de 127,5%.

Por outro lado, a Codemge vai reduzir seus investimentos em 52%. A empresa recebe os lucros da exploração do nióbio de Araxá (Alto Paraíba). O maior montante de investimentos – R\$3 bilhões – será da Cemig Distribui-

ção. Sozinha, a empresa será responsável por 38,7% dos investimentos programados pelas estatais mineiras.

Explicações - Foram apresentadas ao Orçamento 599 emendas parlamentares e 14 emendas de blocos e bancadas. O processo de discussão participativa do PPAG resultou na apresentação de duas emendas pela Comissão de Participação Popular.

Entre as novidades aprovadas no texto final, está a subemenda nº 1 à emenda nº 617. De autoria da Comissão de Participação Popular, esse dispositivo obriga o Governo

do Estado a apresentar à ALMG os motivos da inviabilidade da execução das emendas resultantes do processo de discussão participativa do PPAG, esclarecendo os motivos do impedimento e apresentando alternativas para a sua viabilização.

Também foi contemplada a subemenda nº 1 à emenda nº 87. O objetivo é proibir a destinação de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) ao projeto Somar, que prevê a gestão de escolas estaduais por organizações sem fins lucrativos. **(Com informações da ALMG)**

PPAG deve movimentar R\$ 117 bilhões

A revisão do PPAG 2020-2023 está prevista no PL 4.008/22, também de autoria do governador, e possibilita a promoção de alterações em programas e ações para assegurar que o plano tenha aderência às demais peças orçamentárias e também à realidade socioeconômica do Estado. O texto foi aprovado na forma original com emendas propostas por parlamentares conforme parecer da FFO ampliada.

Nesse processo de revisão do PPAG, foram apresentados 164 programas, que estabelecem 889 ações, das quais 68 compõem a carteira de projetos estratégicos do Governo do Estado e terão monitoramento intensivo. Não houve a exclusão de nenhum programa e foram incluídos cinco novos, que contemplam, por exemplo, a ampliação da Fundação Helena Antipoff e o suporte

às ações de combate e resposta aos danos causados pelas chuvas.

Ao todo, o PPAG deve movimentar em 2023 recursos da ordem de R\$ 117 bilhões, principalmente nas áreas de educação, saúde e segurança pública. As principais regiões de planejamento contempladas são as de Belo Horizonte (R\$ 43,4 bilhões), Juiz de Fora (R\$ 7,8 bilhões) e Montes Claros (R\$ 6 bilhões). Parte

dos recursos, ainda, é contabilizada em âmbito estadual para permitir a alocação em qualquer região.

Os parlamentares também aprovaram os pareceres de redação final dos dois projetos orçamentários. Com isso, os PLs 4.008 e 4.009/22 estão prontos para ir à sanção do governador.

Encerramento - Na sequência da Reunião Extraordinária, iniciou-se a Reunião

Solene de Plenário na qual o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Agostinho Patrus (PSD), declarou encerrada a 4ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura.

O anúncio encerra os trabalhos parlamentares em 2022. O reinício será em 1º de fevereiro de 2023, com a posse dos deputados eleitos em 2 de outubro deste ano para a 20ª Legislatura. **(Com informações da ALMG)**

IDEIAS

Triste fim de um mandato que nunca começou

MARCELO AITH*

O presidente Jair Bolsonaro, no crepúsculo do seu mandato, concedeu indulto natalino. O indulto é um ato de perdão jurídico concedido pelo presidente da República, que extingue a punibilidade de condenados. É um importante mecanismo jurídico para reduzir a assombrosa hiperpopulação carcerária brasileira.

Ressalte-se que não são todos os crimes que podem ser indultados. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XLIII, traz vedações à concessão do indulto para os condenados pelos crimes de tortura, terrorismo, tráfico de entorpecentes e drogas afins, e os condenados por crime hediondo.

O presidente Bolsonaro incluiu no Decreto nº 11.302, de 22 de dezembro de 2022, um enorme jabuti dentre os crimes passíveis de indulto, senão vejamos: “Art. 6º. Será concedido indulto natalino também aos agentes públicos que integram os órgãos de segurança pública de que trata o art. 144 da Constituição e que, no exercício da sua função ou em decorrência dela, tenham sido condenados, ainda que provisoriamente, por fato praticado há mais de trinta anos, contados da data de publicação deste decreto, e não considerado hediondo no momento de sua prática”.

Esse dispositivo é uma verdadeira “luva de mão certa” para os condenados no massacre do Carandiru, evidenciando a absoluta falta

de empatia com a vida humana do presidente Bolsonaro, o que é comum em sua biografia.

Relembrar os fatos é trazer luzes à decisão do governo Bolsonaro em indultar os policiais militares, que em uma desastrosa intervenção da Polícia Militar de São Paulo para conter rebelião no Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo, mataram 111 pessoas presas. Um verdadeiro e horripilante mar de sangue.

Os processos que apuraram os fatos se arrastaram por muitos anos. Boa parte desse tempo ficou parada, aguardando a definição da competência para julgar os policiais: a Justiça militar ou a Justiça comum. Ao final, em 2014, foi fixada a competência do Tribunal do Júri para julgar os acusados.

Os acusados foram conde-

nados a penas que chegaram a 624 anos. Ressalte-se que os policiais aguardaram em liberdade o julgamento dos recursos. O Tribunal de Justiça de São Paulo, em 2016, acolheu o pedido das defesas e anulou as condenações, determinando a realização de novos julgamentos.

O Ministério Público recorreu da decisão do TJ de São Paulo. Analisando o recurso da acusação, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em junho de 2021, restabeleceu as condenações, reformando o acórdão da Corte paulista.

Os policiais recorreram da decisão e, em agosto de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF), com voto de relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, negou recurso e manteve a decisão do Superior Tribunal

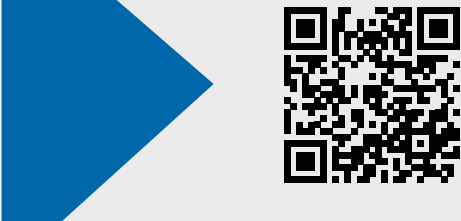
de Justiça, encerrando anos de incertezas e reviravoltas, fazendo-se justiça aos 111 mortos.

Entretanto, todo esse periplo, anos e anos de batalhas jurídicas, de idas e voltas, o presidente da República, em uma canetada, isentou as penas dos policiais limitares que mataram 111 pessoas presas. Serem humanos que estavam a pagar suas dívidas com o Estado-Juiz. Eram pais, filhos, maridos que, violentamente, tiveram ceifadas suas vidas. O Estado devia protegê-los e não aviltá-los. No entanto, o presidente preferiu favorecer os seus, em afronta ao princípio da impessoalidade que rege a Administração Pública. Além disso, é mais um bofetão na cara da sociedade brasileira, que ao longo da vida política

de Bolsonaro assistiu inúmeros momentos de descaso com a vida humana.

Indultar em situações como a prevista no artigo 6º, do Decreto 11.302/2022, é uma afronta aos mandamentos de Direitos Humanos previstos nos inúmeros instrumentos legislativos internacionais que o Brasil é signatário. Não há dúvida que o Supremo Tribunal Federal será instado a se posicionar sobre a constitucionalidade desse dispositivo. Aguardemos!

***Advogado, latin legum magister (LL.M) em direito penal econômico pelo Instituto Brasileiro de Ensino e Pesquisa - IDP e presidente da Comissão Estadual de Direito Penal Econômico da Abracrim-SP**



AGRONEGÓCIO

agronegocio@diariodocomercio.com.br

PECUÁRIA MINEIRA

Exportação puxa maior abate de bovinos

Terceiro trimestre de 2022 registrou alta de 12,5% frente a 2021; em suínos, também cresceu, mas em menor ritmo

MICHELLE VALVERDE

As exportações em alta foram importantes para que o abate de bovinos continuasse em crescimento em Minas Gerais. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no terceiro trimestre de 2022, o abate de bovinos ficou 12,5%

No Estado, foram abatidas 772,6 mil cabeças de bovinos entre julho e setembro; no mesmo intervalo, foram exportadas 62,2 mil toneladas de carne bovina

maior frente a igual período do ano passado. O abate de suínos também cresceu (2,1%). Já a produção de frangos e de leite ficou menor no período. No caso do frango, houve queda de 6,8%, e do leite, retração de 2,4%.

No Estado, foram abatidas 772,6 mil cabeças de bovinos entre julho e setembro - aumento de 12,5% frente ao mesmo período de 2021. Foram 85,88 mil cabeças a mais. No intervalo, o peso das carcaças avançou 11,4%, somando 205,08 mil toneladas.

Ao longo do terceiro trimestre, Minas Gerais exportou

62,2 mil toneladas de carne bovina - volume que superou em 3,7% as 59,9 mil toneladas embarcadas em igual intervalo do ano anterior. Ao todo, foram 2,23 mil toneladas a mais destinadas ao mercado externo.

No terceiro trimestre de 2022, foram abatidas 1,71 milhão de cabeças de suínos em Minas Gerais, representando um aumento de 2,1% em relação ao mesmo período de 2021. O peso das carcaças - 149,5 mil toneladas - ficou estável, com pequena variação positiva de 0,1%.

Além dos preços mais competitivos frente à carne bovina, o que estimula o consumo no mercado interno, as exportações de carne suína apresentaram avanços significativos no terceiro trimestre.

Conforme o IBGE, Minas Gerais embarcou 5,41 mil toneladas do produto, o que significou um aumento expressivo de 20,9% sobre as 4,4 mil toneladas de carne suína registradas anteriormente. A alta contribuiu para o escoamento da produção.

Com o resultado, o Estado encerrou o terceiro trimestre em quarto lugar no ranking dos maiores exportadores nacionais de carne suína, atrás de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Frango e leite - Ao longo do terceiro trimestre, Minas



DIVULGAÇÃO

Entre julho e setembro deste ano, foram 85,88 mil cabeças de bovino abatidas a mais na mesma comparação com ano passado

abateu menos frangos. Ao todo, foram 97,2 milhões de cabeças - uma retração de 6,8% frente ao abate de 104,2 milhões de cabeças registrado em igual trimestre de 2021. No período, o peso das carcaças retraiu 5,3% e somou 254,7

mil toneladas.

A queda teve como um dos fatores a retração dos embarques. No Estado, as exportações de carne de frango ficaram 9% menores no terceiro trimestre, com a destinação de 51,9 mil toneladas ao

exterior. Minas ocupa a sexta posição entres os maiores exportadores.

Com custos elevados, consumo retraído e preços aquém do necessário, a produção de leite também caiu. Foram 1,42 bilhão de litros

de leite adquiridos pelas indústrias no terceiro trimestre de 2022, o que representou uma queda de 2,4% ou 35,22 milhões de litros a menos no período. Minas Gerais é o maior produtor de leite do País.

TRAGÉDIA DE BRUMADINHO

Produtores rurais recebem kit feira livre

Produtores rurais de municípios atingidos pelo rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, em 2019, começaram a receber os kits para a estruturação de feiras livres. Até o momento, 23 municípios já tiveram equipamentos entregues e cinco municípios já contam com os kits completos, sendo três para Felixlândia, um para Mário Campos e um para Três Marias. A quantidade foi solicitada pelos próprios municípios.

Cada kit contém dez barracas, 20 jalecos, 60 caixas plásticas, duas balanças eletrônicas e dois carrinhos de carga. As barracas, as caixas plásticas e os jalecos serão distribuídos aos produtores rurais inscritos no projeto, as balanças e os carrinhos vão ser de uso compartilhado.

O projeto conta ainda com a oferta de 50 vagas por município para capacitação gerencial e operacional para melhoria nas realizações das feiras livres. O treinamento terá carga horária de 16 horas e abordará temas como

noções básicas de administração do negócio, ambiente cooperativo, relacionamento com os clientes, conservação dos alimentos, dentre outros. Esta fase inicial visa orientar os agricultores quanto à gestão técnica e gerencial da produção e comercialização de produtos agrícolas. “Esta é mais uma iniciativa importante do Termo de Reparação e vai contribuir para fortalecer a agricultura e a economia nestes municípios atingidos da Bacia do Rio Paraopeba. A expectativa é que os agricultores consigam avanços no gerenciamento da produção e na comercialização dos produtos”, afirma o coordenador do Comitê Gestor Pró-Brumadinho e secretário adjunto de Planejamento e Gestão, Luís Otávio Milagres de Assis.

Vinte e quatro, dos 26 municípios considerados atingidos pela tragédia, participam do projeto “Doação de Kits Feira, Estruturação de Feiras Livres nos Municípios e Orientação Técnica e Gerencial aos Produtores Rurais”. As entregas



COMITÊ PRÓ BRUMADINHO / DIVULGAÇÃO

Kits começaram a ser entregues para agricultores atingidos

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PROJETO

Abaeté; Betim; Caetanópolis; Curvelo; Esmeraldas (somente capacitação); Felixlândia; Florestal; Fortuna de Minas; Igarapé; Juatuba; Maravilhas; Mário Campos; Mateus Leme; Morada Nova de Minas; Paineiras; Papagaios; Pará de Minas; Paraopeba; Pequi; Pompéu; São Gonçalo do Abaeté; São Joaquim de Bicas; São José da Varginha e Três Marias.

dos equipamentos estão sendo feitas de forma gradual pela Vale ao longo do mês de dezembro e previsão é até o início de fevereiro de 2023.

A iniciativa foi desenvolvida pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) e compõe o Programa de Reparação Socioeconômica do Termo de Reparação ao rompimento da Vale em Brumadinho, que matou 272 pessoas e gerou uma série de impactos sociais, ambientais e econômicos na bacia do Rio Paraopeba e em todo o Estado de Minas Gerais.

O investimento previsto para o projeto é de R\$ 3,9 milhões. A execução é acompanhada pela auditoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sob fiscalização do governo de Minas, Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG). (Agência Minas)

LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME Nº 10.234.027/0001-00 - NIRE 31300151051

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 28 de outubro de 2022, às 10:15 horas, por videoconferência, tendo como referência a sede da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Cataguases, estado de Minas Gerais, na Praça Rui Barbosa, nº 80 (parte), Centro, CEP: 36.770-901.

2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. MESA: Presidente: Mauricio Perez Botelho; Secretária: Jaqueline Mota Ferreira Oliveira.

4. ORDEM DO DIA: Deliberar acerca das seguintes matérias: (i) tomar ciência e receber renúncia de diretor da Companhia; (ii) eleger novo diretor com mandato coincidente aos diretores eleitos na reunião do conselho de administração realizada em 10 de junho de 2022; (iii) consignar a composição da diretoria; e (iv) ratificar a alteração do jornal de publicação da Companhia.

5. DELIBERAÇÕES: Instalada a presente Reunião e procedida à leitura da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer reservas ou ressalvas:

5.1. Tomar ciência e aceitar a renúncia apresentada pelo Sr. **Alexandre Nogueira Ferreira** ao cargo de Diretor Técnico e declarar os agradecimentos da Companhia pelos trabalhos desenvolvidos ao longo do tempo em que atuou como diretor da Companhia.

5.2. Em razão da renúncia do Diretor sem designação específica, eleger para o cargo de Diretor da Companhia o Sr. **FERNANDO CEZAR MAIA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 1021177, expedida pelo SSP – DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 443.096.007-00, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Praia de Botafogo, nº 228 - Sala 1301, Botafogo, CEP: 22.250-906, para o cargo de **Diretor Técnico** com mandato coincidente com os dos demais Diretores eleitos na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 10 de junho de 2022.

5.3. O Diretor ora eleito (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."); (ii) não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os tornem inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta, conforme estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada, estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, na forma do inciso I do §3º do art. 147 da Lei das S.A.; (v) não tem nem representa interesse conflitante com o da Companhia, na forma do inciso II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.; (vi) não é pessoa exposta politicamente, conforme definição prevista na regulamentação aplicável; e (vii) atende aos requisitos de indicação como membros da administração previstos na "Política de Indicação e Remuneração dos Administradores", aprovada pelo Conselho de Administração da Energisa S.A. em reunião realizada em 12 de setembro de 2019, consoante Docs. 2 que, numerados e autenticados pela mesa, ficam arquivados na Companhia.

5.4. O Diretor ora eleito inicia o mandato e toma posse mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração, arquivado na sede da Companhia, e constam como **Anexo I** à presente ata.

5.5. Em razão das alterações acima deliberadas, consignar que a Diretoria da Companhia encontra-se composta pelos seguintes membros até 10 de junho de 2025: (i) **GABRIEL MUSSI MORAES**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da carteira de identidade nº 133295477, expedida pelo IFP – RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 104.684.287-04, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 228 - Sala 1301, Botafogo, CEP 22.250-906, para o cargo de **Diretor Presidente**; (ii) **FERNANDO CEZAR MAIA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 1021177, expedida pelo SSP – DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 443.096.007-00, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Praia de Botafogo, nº 228 - Sala 1301, Botafogo, CEP: 22.250-906, para o cargo de **Diretor Técnico**; (iii) **MAURICIO PEREZ BOTELHO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 04066824-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 738.738.107-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 228 - Sala 1301, Botafogo, CEP 22.250-906, para o cargo de **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**; e (iv) **NICOLAS JUAN OCTAVIO PINON DE MANFREDI**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da carteira de identidade nº 066060906, expedida pelo SESP – RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 094.859.637-69, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 228 - Sala 1301, Botafogo, CEP 22.250-906, para o cargo de **Diretor Geral de Operações**.

5.6. Em razão da alteração da sede da Companhia aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de setembro de 2022, ratificar a alteração dos jornais nos quais a Companhia realiza as publicações ordenadas pela Lei das S/A, passando as publicações legais a ocorrerem no Diário do Comércio de Minas Gerais.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário, conforme aprovado pelos membros do Conselho de Administração da Companhia que, lida e acha conforme, foi por todos assinada.

Mesa: Presidente - Mauricio Perez Botelho; Secretária - Jaqueline Mota F. Oliveira; **Conselheiros de Administração:** Ricardo Perez Botelho, Mauricio Perez Botelho, Giorlei de Sousa Filho, Daniele Araújo Salomão Castelo e Flávio Alves de Lima. Confere com a original, lavrada em livro próprio. Cataguases, 28 de outubro de 2022. Jaqueline Mota F. Oliveira - Secretária. **Diretor eleito:** Fernando Cezar Maia - Diretor Técnico. Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., de NIRE 3130015105-1 e protocolado sob o número 22/707.429-7 em 20/12/2022, encontra-se registrado na JUCEMG sob o número 9834999, em 26/12/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Zulene Figueiredo. Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim.



COMUNICADO

Em virtude do recesso de final de ano, informamos aos nossos leitores, assinantes e anunciantes que não haverá expediente no dia 30 de dezembro 2022. Portanto, o **DIÁRIO DO COMÉRCIO** circulará na sexta-feira com data de 30/12/2022 a 2/01/2023.



MINEIRIDADE

Ale vivenciou grandes desafios em 2022

Mesmo com pandemia, desoneração de PIS e Cofins e redução do ICMS, empresa deve faturar R\$ 15 bi no ano

MARA BIANCHETTI

O regionalismo é uma característica que a Ale Combustíveis nunca abriu mão. Empresa essencialmente mineira, fundada em 1996, que, com o passar dos anos, ganhou notoriedade pelo Brasil, tendo, inclusive, se fundido, em meados dos anos 2000, com a nordestina Satélite Distribuidora de Petróleo (SAT), do Rio Grande do Norte, mantendo a essência do atendimento customizado e próximo, de forma a atender de maneira individualizada às necessidades de cada cliente.

E a estratégia tem dado certo. Em um mercado bastante concorrido a nível nacional, é a quarta maior distribuidora de combustíveis do País, com uma rede de cerca de 1,5 mil postos e 9 mil clientes ativos em 21 estados e no Distrito Federal. A empresa gera cerca de 12 mil empregos diretos e indiretos.

Em Minas a relevância da empresa é ainda maior, já que responde por 6% do volume comercializado no Estado, participação que chega a 8% quando considerado o número de postos. A rede é composta por cerca de 350 postos. No Estado, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), existem aproximadamente 2,4 mil postos com bandeiras de distribuidoras e outros 2,1 mil postos bandeiras brancas.

“Estamos em todas as regiões do Brasil, mas o principal mercado ainda é Minas Gerais. Também temos presença relevante em São Paulo, Santa Catarina, Goiás, Maranhão e Rio Grande do Norte - sendo este último a origem da SAT. Estamos bem representados em todas as regiões. Trabalhamos com as marcas Ale e SAT, mas comercialmente seguimos com a primeira”, conta o presidente da empresa, Fulvius Tomelin.

Identidade com o Estado - Não apenas por ter mantido a marca de origem mineira, mas também por carregar consigo o nome de Minas Gerais País afora, a Ale é tema da reportagem desta semana do Mineiridade - série

do DIÁRIO DO COMÉRCIO que conta histórias e apresenta negócios originalmente mineiros que, além de terem dado certo, geram emprego, renda e movimentam a economia do Estado e do País.

“Seguimos no mercado sem perder a essência que nos trouxe até aqui. Valores de proximidade, conhecimento de clientes e suas particularidades permanecem como nossos diferenciais, independentemente do nosso tamanho ou da área de atuação”, resume.

Para entender a relevância em um mercado em constante transformação, vale lembrar que o setor de distribuição de combustíveis era muito fechado e bem regulamentado até a década de 1990. Foi em 1996 que se iniciou um processo de liberalização, que revolucionou o setor. Centenas de empresas nasceram da noite para o dia, bem como surgiram os chamados postos de bandeira branca em todo o País.

Foi neste contexto que nasceram a Ale em Minas e a SAT no Rio Grande do Norte, conta Tomelin. Desde então, o mercado vem se ajustando e acompanhando as mudanças. Ale e Sat sempre com suas trajetórias positivas e lutando contra gigantes do setor ou



MARCOS LEÃO

Em um mercado bastante concorrido a nível nacional, a Ale é a quarta maior distribuidora de combustíveis do Brasil

características de cada cliente, capaz de customizar a oferta de produtos sem perder a qualidade e a eficiência se destaca”, ressalta.

O negócio deu certo e a empresa se tornou a única companhia de distribuição regional que se tornou nacional com atendimento e presença em todas as regiões do País. Para o executivo, a fusão deu escala e musculatura para a competitividade prosperar. De início a empresa tornou-se a Alesat e depois voltou a responder apenas por Ale

Glencore passamos a ter mais expertise, musculatura e foi possível retomar a trajetória de crescimento mais uma vez”, recorda.

Mercado - Sobre os anos mais recentes, Tomelin classifica como “muito difíceis”. Segundo ele, 2020 foi marcado pela pandemia e a consequente volatilidade do petróleo no mercado internacional; 2021 já foi um período de recuperação, porém, ainda com muita instabilidade diante do abate e queda da economia, que gerou problemas de preço e câmbio, com efeitos na importação; e 2022 começou complicado por fatores internos (chuvas) e externos (guerra Ucrânia e Rússia e variante Ômicron) e trouxe estabilidade nos últimos meses.

“Foram grandes os desafios em 2022. No segundo semestre ainda tivemos a desoneração de PIS e Cofins e a redução do ICMS. Como parte do preço que a gente compõe vem do tributo, houve novo problema de instabilidade. Mas aproveitamos para focar no mais importante para o futuro da companhia, que é a conquista de novos clientes, de maneira a estarmos preparados para atender a demanda crescente. E isso é um bom sinal, pois a despeito das adversidades, mantivemos os investimentos no crescimento da companhia”, diz.

Assim, a Ale Combustíveis



DOUGLAS LUCENA

Principal mercado ainda é Minas Gerais, afirma Tomelin

vai superar as metas estabelecidas para o atual exercício no que se refere a agregar novos postos e clientes de consumidores finais.

No mercado de distribuição a empresa atua com três clientes básicos: postos bandeirados (não são Ale, mas tem a bandeira de revendedor com fidelidade e plataforma de marca e representam 55% do volume); mercado spot (bandeira branca - a empresa faz apenas o suprimento e representam 30% do volume); e mercado consumidor final (que são grandes consumidores que podem comprar direto da distribuidoras e representam 15% do volume).

A empresa também inves-

tiu mais em tecnologia, realizando o maior investimento da história da companhia para a área, em renovação de sistema e arquitetura de tecnologia da informação, que se traduzem em mais capacidade e maior agilidade para atender o cliente.

E também lançou uma nova linha de combustíveis energéticos, algo que a companhia pretende intensificar ainda mais em 2023. Trata-se da linha Energy, que são combustíveis mais eficientes e sustentáveis.

Diante todo esse arcabouço, a Ale deve encerrar 2022 com faturamento próximo de R\$ 15 bilhões.

CASHBACK

Clube de benefícios distribuiu mais de R\$ 3 milhões

Nascida em 2016 com o propósito de ajudar pessoas a resgatar benefícios e aproveitar descontos, a Lecupon, *startup* mineira, encerrou 2022 com saldo positivo. A empresa registrou crescimento de 150%, faturou R\$ 6 milhões e cravou a marca dos R\$ 3 milhões em *cashback* e descontos aos clientes, modelo que oferece um percentual de volta em crédito para que possa ser utilizado em uma próxima compra.

“É nossa preocupação: a devolução de benefício, algo que sempre acreditamos e que nos inspirou a nascer e ser o que somos”, assinala o CEO da Lecupon, Aluisio Cirino.

Nesse sentido, as projeções para 2023 são ambiciosas. A Lecupon espera ampliar a carteira de usuários e alcançar os 10 milhões de clientes. O GMV agregado é de R\$ 75 milhões. “Lembrando que nos dois últimos anos o crescimento foi de 2.300%, e nosso faturamento de R\$ 4 milhões”, completa o CEO.

A Lecupon é uma *startup* que, por meio de aplicativo, oferece descontos em restaurantes, lojas de departamento, passagens aéreas, até mesmo o dinheiro vivo de volta na conta bancária, e claro, *cashbacks*.

Foi durante a pandemia da Covid-19 que a empresa cresceu ainda mais e am-

pliou seu modelo de negócio, permitindo às empresas criarem seus próprios clubes com cupons de vantagens, acessos vip e uma gama bem ampla de possibilidades.

Hoje, são mais de 25 mil estabelecimentos cadastrados, entre pontos físicos e *on-line*, uma relação com as principais empresas que atuam no Brasil. Para administrar todas as funções, a plataforma tem uma série de *dashboards* e informativos que permite averiguar dados e entender o perfil de consumo dos beneficiados, levando a leads mais assertivos.

Organizar os descontos tornando o *cashback* uma rotina faz parte da missão

da empresa. Conforme Aluisio Cirino, as vantagens de uso do modelo não se limitam apenas ao usuário final. Empresas parceiras da *startup*, ao optarem pelo formato, também são contempladas. “A empresa pode oferecer *cashback* para abater na mensalidade de um plano ou para pagamentos em PIX. Além disso, existe uma rede credenciada bem extensa para oferecer o benefício”, pontua. “Também, o *cashback* é uma forma de garantir clientes engajados com a sua marca por um longo período. Esse sistema de benefícios ajuda os dois lados a ganharem mais com desconto e fidelidade”, completa.



DIVULGAÇÃO / LECUPON

Nos dois últimos anos, crescimento foi de 2.300%, diz Cirino

Ideias
Sustentáveis

Um 2023 sustentável



SIDEMBERG RODRIGUES*

Quando há arestas na interação entre as seis dimensões da *Sustentabilidade*, ventos fortes podem soprar no mar das gestões. Em períodos de *policrise*, tende-se a exacerbar o pessimismo. Catastróficas, certas previsões que estampam as manchetes ou ornamentam a gagueira das análises de cenário extinguem o ânimo. Para se resolver um problema é preciso admiti-lo. Mas, pintá-lo com as cores do exagero pode obnubilar o céu da lucidez. O *otimismo* é o combustível da *esperança*. E esta, um importante afluente da *resiliência* (resistir aos impactos) que favorece a *autoeficácia* (capacidade de realização).

O contrário disso pode gerar um estado de incapacidade coletiva, resultando em perda de foco, medo e improdutividade. Quem dissemina o pessimismo deveria saber que há reflexos na motivação e na convivência. Potencializa-se o instinto da autopreservação e, com isso, a intensificação de conflitos. Dores emocionais não cuidadas tornam-se caminho curto para o adocementamento social. A degradação do bom clima organizacional vem a reboque do comprometimento da confiança, oportunizando a estimulação do que possa haver de pior - inclusive nos estilos de liderança - e em características da personalidade em geral. Uma pergunta a se fazer é: quem ganha com o pessimismo?

Outra reflexão que, especialmente as empresas precisam exercitar em tempos sombrios é: como evitar perdas - além das inevitáveis - se o cenário for de vacas magras? Se as áreas de *recursos humanos* parecem tomadas pelo mesmo espírito de insegurança e pela sensação de impotência

“A riqueza humana jamais pode ser esquecida ou reduzida a custo fixo. Em um ambiente de tensão, dúvidas, boatos, agressividade ou insensibilidade, não florescem produtividade, inventividade e inovação”

de para erguer as velas e ionizar o time, convencendo-o, mais rapidamente, que há um azul por trás do cinza. Assim, mantem-se as crenças da equipe em alta para que a situação não se torne ainda pior. Isso pode fazer toda a diferença quando a abundância está em baixa. Por isso, a escolha de quem responde por muitos requer uma reflexão criteriosa. E esta é uma das premissas de se apontar a importância do sujeito - individualmente - na *dimensão central da Sustentabilidade* (a *Espiritual*), especialmente em se tratando de um líder.

Se a qualificação técnica ainda parece determinante nas indicações para cargos de mando, os tempos prescrevem mudanças de mentalidade. E se no meio da maré baixa, onde a margem brinca de esconde-esconde com o preço e os clientes parecem mais fugidios que um luar de outono, centrar o foco no “custo a qualquer lucro” pode ser a equação ideal para o naufrágio. A riqueza humana jamais pode ser esquecida ou reduzida a custo fixo. Em um ambiente de tensão, dúvidas, boatos, agressividade ou insensibilidade, não florescem produtividade, inventividade e inovação. Embora simplista, a fórmula do êxito passa pela consideração do principal ativo da organização, multiplicado pela escuta diferenciada de uma boa liderança.

Aí pode residir a sabedoria da gestão. Mas, é crucial cultivar o hábito de se acumular créditos em tempos de fartura. Não em forma de *bônus* ou outras variantes da *meritocracia*. Mas de confiança, regente da melhor sinfonia relacional; de respeito, melhor fio condutor do trato humano; e de responsabilidade dosada com sensibilidade. Terreno fértil para aflorar a otimismo, que nutre a esperança, que fortalece a resiliência, que expande a autoeficácia. Quando o conjunto ergue as velas do pensar coletivo qualquer vento sopra como aliado da *Sustentabilidade*. E sigamos em direção a um *Feliz Ano Novo*, com otimismo, paz e conquistas sustentáveis!

*Conferencista, articulista e professor de Sustentabilidade, Gestão e Integridade em cursos MBA. Autor dos livros: *Espiritual & Sustentável* (sustentabilidade em 6 dimensões); *Complementaridade* (gestão sustentável) e *Miséria Móvel* (crítica social). Contato: sidembergrodriques@outlook.com.

ALTA TEMPORADA

BH Airport deve receber 2 milhões de passageiros

Em 2021 / 2022, terminal em Confins recebeu cerca de 1,8 milhão de pessoas

Durante a alta temporada, período que vai do dia 1º de dezembro de 2022 a 31 de janeiro de 2023, aproximadamente 2 milhões de passageiros devem passar pelo BH Airport, localizado em Confins, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), demonstrando a progressiva evolução na movimentação em relação aos anos anteriores, apesar dos reflexos da pandemia da Covid-19 nas operações. Na alta temporada 2021/2022, o BH Airport recebeu cerca de 1,8 milhão de passageiros. No mesmo período de 2020 para 2021, o fluxo foi de cerca de 1,3 milhão.

A previsão é de que o mês de janeiro de 2023 atinja o mesmo índice de dezembro deste ano, movimentando um número aproximado de 1 milhão de passageiros.

Conectividade e experiência dos clientes são termômetros para evolução no fluxo de passageiros do terminal internacional mineiro

O crescimento é de 25% no comparativo com janeiro de 2022. Já em relação ao mesmo período pré-pandemia (janeiro de 2020), esse índice representa uma retomada de 94%. Entre pousos e decolagens, o BH Airport prevê a operação de 8,7 mil aeronaves em janeiro. Na temporada pré e pós *Réveillon*, entre 28 de dezembro deste ano e 3 de janeiro de 2023, são esperados quase 200 mil passageiros circulando pelo terminal.

O dia de pico, projetado para 2 de janeiro, segunda-feira, deve movimentar 31.560 passageiros e 1.717 operações de aeronaves, entre pousos e decolagens. A Gol programou 36 voos extras para o período que compreende o *Réveillon*: João Pessoa (PB),



DIVULGAÇÃO / BH AIRPORT

O dia de pico, projetado para 2 de janeiro, segunda, deve movimentar 31.560 passageiros

Natal (RN), Florianópolis (SC), Porto Seguro (BA), Maceió (AL) e Recife (PE). Já a Azul ampliou as rotas para atender 96 destinos, incluindo Natal (RN), Recife (PE), Salvador (BA), Foz do Iguaçu (PR), Aracaju (SE), Cabo Frio (RJ), Ilhéus (BA), Maceió (AL), Porto Seguro (BA), Santos Dumont (RJ), Santarém (PA), Viracopos (SP), Navegantes (SC), Caldas Novas (GO) e Guarulhos (SP).

“Vamos fechar o ano saltando de 7 milhões de passageiros em 2021 para cerca de 10 milhões em 2022, ambicionando atingir a meta de movimentação de 11,3 milhões em 2023, alcançando patamares pré-pandemia”, avalia o diretor de Operações e Infraestrutura do BH Airport, Herlichy Bastos. “Nosso propósito é proporcionar sempre a melhor experiência aos clientes e seguimos focados em garantir comodidade, conforto e praticidade aos passageiros, ampliando nosso *mix* comercial, modernizando o Terminal de Passageiros 1 e nos fortalecendo como hub de conexões que aproxima pessoas e encurta distâncias”, enfatiza Herlichy Bastos.

Experiência única de viagem - É importante lembrar que é fundamental chegar ao

aeroporto com antecedência para acelerar o processo de *check-in* e inspeção de segurança, garantindo a tranquilidade no embarque. O BH Airport recomenda que os passageiros tenham atenção redobrada aos horários dos voos e cheguem ao aeroporto com antecedência mínima de duas horas, para viagens domésticas, e três horas, para viagens internacionais, principalmente nesse período chuvoso, que torna o trânsito mais lento nas rodovias.

Além da comodidade, chegar com antecedência também proporciona uma experiência única de viagem. Quem passar pelo aeroporto nesta alta temporada, poderá desfrutar dos espaços inaugurados recentemente: novas operações do *mix* comercial, totalmente ampliado, e o Terminal de Passageiros 1, com a primeira fase da reforma concluída. O BH Airport conta agora com um embarque doméstico mais moderno, com destaque para o canal de inspeção centralizado e os portões 3, 4, 5 e 6 em uma sala de embarque repaginada. Uma das novidades da infraestrutura comercial é o lançamento da megastore Dufry, em formato *walkthrough*, com quase mil metros quadrados. O empenhimento é a porta de entrada para a nova sala de

embarque do aeroporto.

Destinos atendidos - O aumento da frequência dos voos para as cidades litorâneas é um dos destaques da alta temporada. Entre voos extras e regulares, o BH Airport estará conectado a 50 destinos em janeiro. Além das rotas internacionais para Lisboa (Portugal) e Panamá, os destinos domésticos são: Aracaju (SE), Belém (PA), Barreiras (BA), Brasília (DF), Cabo Frio (RJ), Caldas Novas (GO), Campinas (SP), Carajás (PA), Comandantuba (BA), Congonhas (SP), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Foz do Iguaçu (PR), Guanambi (BA), Guarulhos (SP), Governador Valadares (MG), Goiânia (GO), Ilhéus (BA), Imperatriz (MA), Ipatinga (MG), Jericoacoara (CE), João Pessoa (PB), Juiz de Fora (MG), Lençóis (BA), Maceió (AL), Marabá (PA), Montes Claros (MG), Natal (RN), Navegantes (SC), Paracatu (MG), Patos de Minas (MG), Porto Alegre (RS), Porto Seguro (BA), Recife (PE), Ribeirão Preto (SP), Salvador (BA), Santarém (PA), Santos Dumont (RJ), São José do Rio Preto (SP), São Luís (MA), Teófilo Otoni (MG), Uberaba (MG), Uberlândia (MG), Varginha (MG), Vitória (ES) e Vitória da Conquista (BA).

PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Usina da ArcelorMittal obtém certificação

A unidade da ArcelorMittal, localizada em João Monlevade, recebeu um importante reconhecimento internacional na área de sustentabilidade. A planta industrial, que completou 87 anos de atividades, teve suas operações certificadas de acordo com padrão ResponsibleSteelTM, uma iniciativa global de normalização e certificação que trabalha para maximizar a produção sustentável de aço.

Durante um ano, a unidade passou por um rigoroso processo de auditoria conduzido pela DNV (Det Norske Veritas). A avaliação incluiu o levantamento de informações detalhadas sobre as práticas sustentáveis desenvolvidas pela planta industrial, trabalho de campo para compilação de indicadores e entrevistas com os *stakeholders* e lideranças da empresa.

“Esta conquista demonstra que o aço foi produzido de maneira responsável em todas

as etapas na unidade de Monlevade - desde o recebimento da matéria-prima até a entrega de soluções para o mercado. Além disso, reforça o fato de que a ArcelorMittal tem as melhores práticas de sustentabilidade no mundo”, afirma o Diretor de Operações da unidade de Monlevade da ArcelorMittal, Fabiano Castelli.

Os auditores da DNV Brasil visitaram todas as instalações da unidade de Monlevade para avaliar as operações e processos segundo os princípios do ResponsibleSteelTM. Eles também interagiram com os empregados, terceiros, representantes da Câmara Municipal e de projetos sociais, líderes da comunidade, entre outros.

“A certificação ResponsibleSteelTM é uma das mais complexas a serem conquistadas. Ela avalia os padrões de Governança, Social e Ambiental, desde os processos de descarboniza-

ção até o respeito aos direitos humanos, comunidades locais e empregados; desde a segurança dos empregados e processos até o uso responsável de recursos naturais”, explica Castelli.

Segundo ele, algumas práticas da usina de Monlevade foram elogiadas pela DNV. “O plano diretor de Biodiversidade, a alta taxa recirculação de água, que é de 98,77% e os treinamentos nas políticas de conduta e anticorrupção para fornecedores tiveram destaque. O combate ao trabalho infantil, a formação de equipe de voluntários e apoio a projetos sociais na região, como o Acordes, de ensino de música erudita para crianças e jovens, são outras ações que receberam boas notas no relatório”, revela. As metas da empresa de contar com 25% de mulheres em cargos de liderança até 2030 e de neutralidade em carbono até 2050 também ganharam atenção dos auditores.

Para a CEO do ResponsibleSteelTM, Annie Heaton, “esta é uma realização empolgante e que está sendo trabalhada há um longo tempo. É um reflexo da dedicação e do trabalho árduo da unidade de Monlevade da ArcelorMittal para garantir que estejam atendendo aos mais altos padrões de produção responsável de aço. Tiveram também muito cuidado em atender as necessidades dos empregados e da comunidade local e de implementar práticas que protejam o ambiente natural ao seu redor”.

O relatório da equipe de auditoria teve a revisão de um painel independente antes de ser emitido. O certificado da unidade de Monlevade tem validade de três anos e é o segundo obtido por uma operação da companhia no Brasil. A unidade de Tubarão foi certificada em março de 2022. O objetivo da ArcelorMittal é certificar todas as usinas no Brasil até dezembro de 2023.



LEGISLAÇÃO

TRANSPARÊNCIA

Revogação de sigilos exigirá amplo processo de análise

Gabinete de transição aponta desvio de objetivo em decretos de Bolsonaro

São Paulo - A revogação dos sigilos decretados ao longo do governo de Jair Bolsonaro (PL) demandará um amplo processo de revisão por órgãos administrativos responsáveis por políticas de transparência, como a Controladoria-Geral da União (CGU).

Durante a campanha, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu emitir um decreto para revogar os chamados sigilos de 100 anos decretados sob Bolsonaro. Entre os casos estão as restrições de acesso à carteira de vacinação do presidente, ao processo da Receita Federal referente a Flávio Bolsonaro e ao processo disciplinar contra o ex-ministro Eduardo Pazuello.

A conclusão do grupo de trabalho de transparência apresentada no relatório final do gabinete de transição foi que a gestão Bolsonaro agiu para fragmentar e constranger a ação de órgãos cruciais para a transparência.

“O recurso à imposição de sigilos foi usado como forma de manter ocultas circunstâncias vinculadas à conduta de autoridades e integrantes próximos ao círculo do poder, sob falso pretexto de proteção da segurança nacional e segurança do presidente da República, seus familiares, apoiadores e auxiliares diretos”, diz o relatório.

Como medidas a serem adotadas, o grupo recomendou que Lula determine a reavaliação pela CGU de imposição indevida de sigilo de 100 anos.

Outra sugestão é que o presidente determine que a Advocacia-Geral da União (AGU) faça um parecer vinculante sobre como o artigo da Lei de Acesso à Informação (LAI) referente à proteção de dados pessoais deve ser aplicado. A medida obrigaria o cumprimento pelas autoridades do Executivo federal.

A recomendação diz respeito ao dispositivo do artigo 31 da LAI que restringe por até 100 anos o acesso a informações pessoais que atinjam a intimidade, vida privada, honra e imagem de alguém.

Para especialistas em transparência, a gestão Bolsonaro distorceu a lei e praticou abusos. O advogado



EDILSON RODRIGUES / AGENCIA SENADO

O presidente decretou o sigilo de 100 anos ao processo da Receita sobre Flávio Bolsonaro

Bruno Morassuti, cofundador da Fiquem Sabendo, diz que a restrição de acesso não é sigilo e nem deve ser aplicada para agentes públicos no exercício de suas funções, lobistas e beneficiários de recursos públicos.

“A lei fala até 100 anos, e não 100 anos automaticamente, mas isso virou costume. O ideal seria que esse prazo só fosse aplicado para informações pessoais muito

Transparência Brasil.

A alteração do decreto que regulamentou a LAI para deixar claro que a norma não pode ser aplicada em casos de evidente interesse público foi recomendada pelo Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas ao grupo de transparência da transição.

Critérios - Além da interpretação distorcida, especia-

passou a ser negada de forma casuística, como punições a agentes públicos. No caso do Pazuello, não conseguimos ter acesso ao documento”, diz Morassutti.

Júlia Rocha, coordenadora do Programa de Acesso à Informação e Transparência da Artigo 19, acrescenta que o caso do general a negativa de acesso teve como base a hierarquia militar, o que não justificaria a restrição. Por envolver as Forças Armadas, ela acredita que a revogação será mais complexa.

A LAI também prevê o sigilo para informações que possam colocar em risco a segurança do presidente e vice-presidente da República, esposas e filhos, até o término do mandato.

Para especialistas, o registro de entradas e saídas dos filhos do presidente do Planalto não poderia ser lido de tal maneira.

Sobre o caso, Júlia Rocha explica que será preciso reavaliar a classificação que restringiu a informação. “A análise caso a caso é melhor para que se crie precedentes positivos e parâmetros para a aplicação do artigo 31 da LAI”, ressalta. **(Géssica Brandino/Folhapress)**

“O recurso à imposição de sigilos foi usado como forma de manter ocultas circunstâncias vinculadas à conduta de autoridades e integrantes próximos ao círculo do poder”

sensíveis, sempre de forma fundamentada, porque o princípio da LAI é transparência é a regra e o sentido é a exceção”, argumenta.

“Os tais sigilos de 100 anos são negativas de acesso à informação sob o argumento de que eram informações pessoais quando claramente não eram. Eram informações de interesse público”, acrescenta Marina Atoji, diretora de programas da

listas também questionam os critérios para classificar sigilos adotados sob Bolsonaro.

Segundo a LAI, o prazo máximo é de 25 anos para informações ultrassecretas, 15 anos para as secretas e cinco anos para aquelas de acesso reservado.

“Tivemos casos em que já havia um entendimento sobre a divulgação, mas, mesmo assim, a informação

Lula poderá determinar a revisão de ofício

São Paulo - Valdir Simão, ex-ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) no governo de Dilma Rousseff, explica que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode determinar a revisão de ofício pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, prevista no artigo 35 da LAI e que pode ser realizada a cada quatro anos. Segundo ele, a última vez em que isso ocorreu foi em 2016.

“O presidente da República pode constituir um grupo de trabalho específico e de alto nível para fazer a revisão de ofício e também se debruçar sobre os casos de pedidos de acesso à informação negados com base no

artigo 31, sobre informações pessoais”, afirma.

Simão também sugere ao novo governo reestruturar o Conselho de Transparência e dar a ele total acesso às informações classificadas.

Para ele, a medida seria um salto em transparência e participação da sociedade, além de dar mais segurança para os funcionários da administração pública que classificam as informações.

“Há um fenômeno de apagão das canetas dos administradores por temor de responsabilização dos órgãos de controle. Nós precisamos mudar essa agenda e garantir a esse gestor público segurança nas suas decisões a partir da

chancela de um conselho de transparência de alto nível.”

Além das negativas de acesso à informação, a diretora-executiva da Open Knowledge Brasil, Fernanda Campagnucci, acrescenta que também será preciso analisar os problemas na transparência ativa, dados que deveriam ser disponibilizados pelo governo, mas foram retirados do ar.

Exemplo disso foi a decisão do Inep de deixar de publicar microdados sobre avaliações de ensino a partir de uma interpretação equivocada da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

“Pode ter um ato para dizer que esses dados têm que ser republicados. São decisões

administrativas, que o próprio Executivo pode tomar, porque é simplesmente uma mudança de interpretação”, afirma.

Júlia Rocha, coordenadora do Programa de Acesso à Informação e Transparência da Artigo 19, afirma que a LGPD não é inimiga da transparência e é preciso estabelecer diretrizes para a aplicação pelos órgãos públicos.

“A LGPD serve para proteger a privacidade e intimidade de cidadãos frente ao Estado e grandes corporações, não para blindar pessoas públicas da sua obrigação da obrigatoriedade de transparência sobre seus atos”, explica. **(Géssica Brandino/Folhapress)**

CURTAS

Lei de Improbidade Administrativa

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu medida liminar para suspender dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (LIA - Lei 8.429/1992) alterados pela Lei 14.230/2021. A decisão, a ser referendada pelo Plenário da Corte, foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7236, ajuizada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). A primeira norma que teve a eficácia suspensa foi o artigo 1º, parágrafo 8º, da LIA, que afasta a improbidade nos casos em que a conduta questionada se basear em entendimento controvertido nos Tribunais. O ministro entendeu que, embora a intenção tenha sido proteger a boa-fé do gestor público, o critério é excessivamente amplo e gera insegurança jurídica. Outro dispositivo suspenso foi o artigo 12, parágrafo 1º, da LIA, que prevê que a perda da função pública atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza do agente com o poder público no momento da prática do ato. No entendimento do relator, a defesa da probidade administrativa impõe a perda da função pública independentemente do cargo ocupado no momento da condenação.

Centro de Soluções Alternativas de Litígios

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, assinou a Resolução 790/2022, que cria o Centro de Soluções Alternativas de Litígios (Cesal). A medida leva em conta que as demandas estruturais e os litígios complexos exigem técnicas e intervenções diferenciadas, como flexibilidade de procedimento, consensualidade, negociações e atipicidade dos meios de provas, das medidas executivas e das formas de cooperação judiciária. O Cesal funcionará no âmbito da Presidência e será integrado por três unidades. A primeira é o Centro de Mediação e Conciliação (CMC), criado em 2020, visando à solução de questões jurídicas sujeitas à competência do STF que, por sua natureza, possam ser objeto de composição. A segunda é o Centro de Cooperação Judiciária (CCJ), disciplinado pela Resolução 775/2022, que prevê a cooperação recíproca do STF com os demais órgãos do Poder Judiciário para a prática de atos judiciais ou administrativos. A terceira unidade é o Centro de Coordenação e Apoio às Demandas Estruturais e Litígios Complexos (Cadec), disciplinado na nova resolução. O objetivo é auxiliar o STF na resolução de processos voltados a reestruturar determinado estado de coisas em desconformidade com a Constituição Federal e que exijam, para a concretização de direitos, técnicas especiais de efetivação processual e intervenções jurisdicionais diferenciadas.

Devolução de pedidos de vista no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou mudança no Regimento Interno para estabelecer que os pedidos de vista deverão ser devolvidos no prazo de 90 dias, contado da data da publicação da ata de julgamento. Após esse período, os autos estarão automaticamente liberados para continuidade da análise pelos demais ministros. A alteração está prevista na Emenda Regimental 58/2022, aprovada, por unanimidade, na sessão administrativa realizada em formato eletrônico, de 7 a 14/12. O texto deverá ser publicado no Diário de Justiça Eletrônico no começo de janeiro. Em relação à devolução dos processos com pedido de vista já formulado na data de publicação da emenda, os ministros terão 90 dias úteis antes da liberação automática para julgamento. A norma também prevê que, em caso de urgência, o relator deve submeter imediatamente a referendo do Plenário ou da Turma, a depender da competência, medidas cautelares necessárias para evitar grave dano ou garantir a eficácia de decisão anterior. O referendo deve ser realizado, preferencialmente, em ambiente virtual. Mas, caso a medida urgente resulte em prisão, a deliberação se dará, necessariamente, de modo presencial. Se mantida, a medida precisa ser reavaliada pelo relator ou pelo colegiado competente a cada 90 dias, nos termos do Código de Processo Penal (CPP). Caberá à Secretaria Judiciária acompanhar os prazos.

Conclusão da privatização da Corsan

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, negou o pedido do Estado do Rio Grande do Sul para suspender decisão do Tribunal de Justiça (TJ-RS) que possibilitou a realização do leilão da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), mas impediu a transferência das ações arrematadas. Segundo a ministra, a controvérsia se restringe à interpretação da Constituição estadual, o que afasta a atuação do STF. A decisão foi proferida na Suspensão de Tutela Provisória (STP) 926. A Corsan foi arrematada, no último dia 20, pelo consórcio Aegea, em proposta de R\$ 4,151 bilhões. A privatização é questionada em ação civil ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado do Rio Grande do Sul (Sindiágua). Segundo o sindicato, a alienação viola a Constituição estadual, que obriga o estado a preservar o controle acionário e o poder diretivo das sociedades de economia mista estaduais e manter órgãos normativos e executivos da política de saneamento público. A entidade também aponta risco de rompimento da relação entre a companhia e diversos municípios, caso seja privatizada.



CONTAS PÚBLICAS

Governo central tem déficit de R\$ 14,7 bi

Resultado de novembro, divulgado pelo Tesouro Nacional, ficou pior do que o previsto pelo mercado para o período

Brasília - Após dois meses consecutivos de resultados positivos, as contas públicas voltaram a fechar no vermelho. Segundo o Tesouro Nacional, em novembro, o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou um déficit primário de R\$ 14,7 bilhões.

O desempenho negativo para o último mês já era esperado, mas o prejuízo foi muito superior aos cerca de R\$ 1,3 bilhão previsto por

Entre as causas da queda na arrecadação estão a retração da ordem de cerca de R\$ 10,6 bilhões nas receitas não administradas e a queda na arrecadação do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI)

especialistas do mercado financeiro consultados pelo Ministério da Economia, na pesquisa Prisma Fiscal. Em novembro de 2021, o superávit foi de quase R\$ 4,2 bilhões.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas (ou seja, os recursos financeiros recebidos por meio da cobrança de impostos, taxas, contribuições, entre outras fontes) e os gastos do governo central, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

De acordo com o Tesouro Nacional, se por um lado, houve, em novembro, uma redução real da re-

ceita líquida, por outro, as despesas totais aumentaram. Comparando com o resultado de novembro de 2021, a receita líquida foi 9,4%, ou R\$ 13 bilhões, inferior, enquanto as despesas totais cresceram 4,6%, ou R\$ 6,1 bilhões.

Entre as causas da queda na arrecadação estão a retração da ordem de cerca de R\$ 10,6 bilhões nas receitas não administradas e a queda na arrecadação do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) devido à redução de 35% nas alíquotas.

Já o crescimento das despesas foi atribuído a fatores como o aumento das despesas obrigatórias, em especial o pagamento do Auxílio Brasil; pagamento de benefícios previdenciários, já que o número de beneficiários cresceu de 3,4% entre outubro de 2021 e outubro de 2022, entre outras.

Enquanto a Previdência Social, sozinha, apresentou déficit primário de R\$ 19,2 bilhões, o Tesouro Nacional e o Banco Central obtiveram um superávit de R\$ 4,6 bilhões - resultando no já citado déficit primário de R\$ 14,7 bilhões - que só não foi maior porque houve um aumento real de 7,3% (o equivalente a R\$ 87,9 bilhões) nas fontes administradas pela Receita Federal, como a cobrança de Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

Apesar do resultado negativo do último mês, o governo central ainda opera com um superávit primário de R\$ 49,3 bilhões quando considerado o desempenho das



ROBERT STUCKERT FILHO / PR

Apesar do resultado negativo em novembro, o governo central acumula um superávit de R\$ 49,3 bilhões neste ano

contas públicas desde o início do ano. No mesmo período de 2021, o Tesouro Nacional registrava um déficit de R\$ 48,9 bilhões. Em termos reais, no acumulado até novembro, a receita líquida apresentou aumento de 9,4%, enquanto a despesa aumentou 2,5%.

Estimativa - O secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, afirmou nesta quarta-feira que o governo central poderá encerrar 2022 com um superávit primário superior a R\$ 50 bilhões, com receitas adicionais e uma limitação em gastos de ministérios.

Valle afirmou que a projeção oficial da pasta ainda é de saldo positivo de R\$ 34 bilhões no ano, ponderando que não ficará surpreso se o valor ultrapassar R\$ 50 bilhões, considerando novos fatores que estão no radar do órgão.

Ele não deu detalhes sobre o lado da arrecadação, mas disse que “ainda devemos ter receita adicional em dezembro superior ao previsto”. Nas despesas, ele afirmou que é esperado um empoçamento de verbas em ministérios, quando as pastas têm recursos disponíveis, mas não conseguem gastar a tempo do fim do ano (**ABr/Reuters**).

BOLSA

Anbima anuncia mudanças na análise de ofertas públicas de ações

A análise de ofertas públicas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) vai mudar a partir de 2 de janeiro de 2023. O convênio da entidade com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em vigor há 15 anos, acaba de ser atualizado para adaptação às Resoluções 160 e 161 da autarquia.

Uma das principais mudanças está no fluxo de análise dos documentos das operações: os pedidos de ofertas que passarem por verificação na Anbima poderão ter registro automático na CVM. “O principal ganho é de agilidade, já que haverá uma importante redução no tempo de análise dessas ofertas”, afirma o superintendente de Supervisão de Mercados da Anbima, Guilherme Benaderet.

Os novos prazos vão de cinco a dez dias úteis para a avaliação das emissões de ações e até 12 dias úteis para os títulos de renda fixa e fundos imobiliários. Na CVM, o rito ordinário para verificação direta varia de 20 a 33 dias úteis (vale lembrar que esses prazos, tanto o da Anbima quanto o da CVM, não consideram o tempo para as instituições realizarem eventuais ajustes a partir do que for apontado nas análises).

Outra novidade é a ampliação do rol de ativos que poderão ser analisados pela Anbima. O convênio passa a abranger os IPOs de companhias registradas na CVM, além dos valores mobiliários que já estavam contemplados, como debêntures, notas promissórias, CRIs (para lastros específicos), ofertas subsequentes de ações e fundos imobiliários.

As mudanças atendem também às regras da Resolução 161, com a possibilidade de análise prévia da Anbima para o registro de coordenadores de ofertas. “Será um procedimento similar à experiência que temos hoje para a habilitação de administradores de recursos. Os coordenadores também poderão solicitar adesão aos nossos códigos de autorregulação de forma concomitante”, afirma Benaderet. A partir dos pedidos que chegarem na associação para habilitação das instituições, serão emitidos relatórios com subsídios para a avaliação final da CVM. A medida visa proporcionar a entrada de novos players como coordenadores de ofertas de valores mobiliários.

CÂMBIO

Dólar recua 0,63% acompanhando o exterior

Brasília - O dólar desvalorizou frente ao real ontem, depois de duas sessões consecutivas de alta, em movimentos pautados por articulações do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para a montagem do seu ministério, de dados do Caged mais fracos e, no cenário internacional, da flexibilização das restrições sanitárias contra a Covid-19 na China.

No mercado à vista, o dólar recuou 0,63%, a R\$ 5,2555 na venda.

Em um dia de baixa liquidez no mercado, como é comum no fim do ano, o movimento do dólar acompanhou o exterior, mas também foi, segundo o chefe de câmbio da Trace Finance, Evandro Caciano dos Santos, resultado do “fator Ptax”, que será fechada nesta quinta-feira (29).

“Estávamos há dois pregões seguidos de alta e o que acontece é que é a proximidade da Ptax leva a uma briga constante no mercado por ajustes de posição. Então acontece uma guerra entre compradores e comprados da moeda estrangeira, porque muitos contratos são delineados por esse dólar médio da Ptax do mês. Então, de olho nesse ajuste, esse fator foi o grande decisor nessa queda de hoje”.

O anúncio do restante dos nomes que irão chefiar as pastas do futuro governo está prevista para quinta-feira e a expectativa é de que entre eles esteja a senadora Simone Tebet (MDB), que deve ficar a cargo do Ministério do Planejamento.

“Fernando Haddad disse que

é bom ter ideias divergentes para governar melhor. E eu entendo que o mercado enxerga assim também. Por isso, a senadora é extremamente bem recebida. Ela era, dos candidatos, a aposta favorita do mercado. Então ela fazer parte do governo dá um efeito positivo”, explica Gustavo Cruz, estrategista chefe da RB Investimentos.

O mercado também acompanhou dados de emprego, com Brasil abrindo 135.495 vagas formais em novembro, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho e Previdência, saldo menor que o esperado.

“O Caged mostra que muita gente que está fora do mercado de trabalho

aceita entrar para ganhar menos. Isso, obviamente, não é bom e sugere um consumo ainda mais apertado em 2023. O indicador frustrou um pouco a expectativa, mas seguiu o ritmo de contratações. É um saldo positivo, mas parece que o ritmo muito positivo já ficou um pouco para trás”, diz Cruz.

No mercado internacional, a apreensão em relação aos efeitos da abrupta abertura da política sanitária chinesa se contrapõe ao otimismo com as perspectivas de crescimento da economia do País. Segundo especialistas de saúde internacionais, o vírus está se espalhando sem controle, o que pode impor um risco à atividade econômica. (**Reuters**)

IDEIAS

Desafios econômicos para o futuro Ministro da Fazenda

CRISTINA HELENA PINTO DE MELLO *

Existem enormes desafios para Fernando Haddad como novo ministro da Fazenda. Temos uma agenda de debates que se concentrou na política fiscal que olha essencialmente para a solvência governamental no longo prazo. Da mesma forma, ou com mesma intensidade há forte rejeição a uma política econômica intervencionista no sentido de se revelar uma agenda de escolhas políticas.

É em torno destes medos e da necessidade de criar uma agenda propositiva, inclusiva e indutora de crescimento econômico que se desenvolveu a escolha do futuro Ministro da Economia. A escolha

por Haddad aparece em uma antiga configuração da área, dissolvendo o Ministério da Economia do atual governo.

Haddad é excelente gestor público. Seu passado na Secretaria de Finanças, na Prefeitura da cidade de São Paulo e no Ministério da Educação, revela sua habilidade na composição de equipes, definição de agenda, comportamento ético, comprometimento e entregas estratégicas e relevantes. É claramente um grande negociador político e estrategista. Terá habilidade em fazer uma política econômica direcionada ao crescimento mantendo a evolução da dívida sob controle. Seu compromisso com o equilíbrio fiscal e senso de urgência se revelou

quando apoiou o ex-ministro da economia Joaquim Levy, na tentativa de ajuste fiscal do governo de Dilma Rousseff. É um nome capaz de afastar os temores de uma intervenção com agenda política no mercado e, em lugar disso, capitanear um Estado capaz de promover orientação ao desenvolvimento econômico, articulador e apoiador de estratégias que gerem renda e emprego.

Esperamos que o anúncio do nome para a pasta acalme o mercado. Ao mesmo tempo, o impacto inicial esperado era um aumento na taxa de câmbio e uma queda na bolsa. Movimentos de tesouraria que vão se ajustar ao novo desenho e que, ao que parece, já foram parcialmente realizados.

O que se espera de Haddad?

Retomada do crescimento econômico apoiado fortemente na recuperação do consumo e ações de mitigação da desigualdade e direcionadas à redução da miséria. Uso das instituições públicas em favor da oferta de crédito e incentivos fiscais no curto prazo com diálogo e articulação para uma agenda de crescimento da renda e do emprego e inserção econômica internacional relevante em um cenário global desafiador.

**Professora de Economia e diretora da Área de Sucesso Docente e Discente da ESPM. Doutora e Mestre em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas*

Bovespa

Movimento do Pregão 28/12

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em alta de +1,53% ao marcar 110236.71 pontos, com volume financeiro negociado de R\$ 18.715.369.586. As maiores altas foram BRF SA ON, GRUPO NATURA ON, IRBBRASIL RE ON, MAGAZ LUIZA ON e AMERICANAS ON. As maiores baixas foram PETROBRAS PN, GERDAU MET PN, CARREFOUR BR ON, PETROBRAS ON e GERDAU PN.

Pregão do dia 27/12

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Titulos Mil	Participação (%)	Valor (R\$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRÃO	2.021.241	1.382.274	66,64	17.102.648,45	86,07
FRACIONARIO	256.788	3.383	0,16	54.104,84	0,27
DEMAIS ATIVOS	497.790	122.293	5,89	1.626.077,21	8,18
TOTAL A VISTA	2.775.816	1.507.950	72,70	18.782.755,65	94,53
TERMO	707	5.114	0,24	52.451,95	0,26
OPCOES COMPRA	65.376	281.210	13,55	271.945,13	1,36
OPCOES VENDA	52.748	258.977	12,48	269.566,61	1,35
OPC.COMP.INDICE	332	12	0,00	16.344,47	0,08
OPC.VEND.INDICE	679	22	0,00	23.938,79	0,12
TOTAL DE OPCOES	119.135	540.222	26,04	581.795,02	2,92
BOVESPAFIX	2.645	134	0,00	12.242,56	0,06
TOTAL GERAL	2.997.877	2.074.093	100,00	19.869.225,13	100,00
PARTIC. NOVO MERCADO	1.598.092	1.148.392	55,36	10.753.405,48	54,12
PARTIC. NIVEL 1	380.040	437.679	21,10	3.637.650,82	18,30
PARTIC. NIVEL 2	329.164	284.597	13,72	2.830.124,90	14,24
PARTIC. BALCÃO ORGANIZADO	157	1	0,00	321,43	0,00
PARTIC. MAIS	64	12	0,00	100,42	0,00
PARTIC. IBOVESPA	1.543.853	1.115.807	53,79	15.670.831,77	78,86
PARTIC. IBRX 50	1.089.881	875.634	42,21	13.263.364,46	66,75
PARTIC. IBRX 100	1.610.454	1.138.090	54,87	15.935.961,16	80,20
PARTIC. IBRA	1.964.351	1.286.874	62,04	16.967.559,86	85,39
PARTIC. MIDLARGE	1.213.363	784.174	37,80	13.714.119,19	69,29
PARTIC. SMALL	753.059	503.164	24,25	3.255.077,00	16,38
PARTIC. ISE	726.081	587.042	28,30	6.057.714,39	30,48
PARTIC. ICO2	1.121.864	844.558	40,71	10.858.617,11	54,65
PARTIC. IEE	152.100	48.839	2,35	946.750,39	4,76
PARTIC. INDX	377.501	188.154	9,07	2.660.927,83	13,39
PARTIC. ICONSUMO	776.129	555.928	26,80	4.195.495,13	21,11
PARTIC. IMOBILIARIO	134.554	61.579	2,96	623.715,24	3,13
PARTIC. IFINANCEIRO	349.794	273.066	13,16	3.608.079,86	18,15
PARTIC. IMAT	226.789	112.593	5,42	3.780.265,22	19,02
PARTIC. UTIL	184.509	55.224	2,66	1.159.468,11	5,83
PARTIC. IBVX 2	773.386	531.608	25,63	5.485.894,96	27,61
PARTIC. IGC	1.942.073	1.282.858	61,85	16.532.397,85	83,20
PARTIC. IGCT	1.911.122	1.253.401	60,43	16.475.517,77	82,91
PARTIC. IGNM	1.409.564	924.616	44,57	10.362.227,44	52,15
PARTIC. ITAG ALONG	1.843.636	1.233.750	59,48	15.774.633,15	79,39
PARTIC. IDIV	686.431	425.324	20,50	9.143.567,24	46,01
PARTIC. IFIX	313.035	3.093	0,14	158.205,29	0,79
PARTIC. BDRX	32.738	8.428	0,40	216.067,82	1,08
PARTIC. IFIL	279.484	2.621	0,12	142.963,80	0,71

MERCADO À VISTA

LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade
SGTK11	INVESTO SGTK	CI	75,72	73,48	75,72	73,87	73,95	-2,33-	72,45	80,00	19	162
AIAP34	ADVANCE AUTO	DRN	-	-	-	-	-	-	45,00	50,00	-	-
AIBB34	ABB LTD	DRN	40,48	40,47	40,48	40,47	40,47	3,68+	34,00	43,00	2	15
AICR34	AMCOR PLC	DRN	63,70	63,70	63,70	63,70	63,70	2,97+	62,60	71,50	1	17
AIDJ34	ANALOG DEVIC	DRN	-	-	-	-	-	-	224,00	450,00	-	-
AIDM34	ARCHER DANIE	DRN	505,00	505,00	506,40	505,35	506,40	2,30+	400,00	524,00	2	4
AIEE34	AMEREN CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	115,00	-	-	-
AIEG34	AEGON NV	DRN	27,00	27,00	27,00	27,00	27,00	0,18+	-	27,50	1	4
AIEN34	ALLIANT ENER	DRN	-	-	-	-	-	-	135,00	-	-	-
AIEP34	AMERICAN ELE	DRN	-	-	-	-	-	-	110,00	-	-	-
AIES34	AES CORP	DRN	152,02	152,02	152,02	152,02	152,02	0,34+	100,00	-	1	2
AIFL34	AFLAC INC	DRN	-	-	-	-	-	-	145,00	-	-	-
AIGI34	AGILENT TECH	DRN	-	-	-	-	-	-	185,00	-	-	-
AIGN34	ALLEGION PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	125,00	-	-	-
AIIV34	APARTMENT IN	DRN	38,04	37,72	38,53	38,04	37,72	-0,84+	37,50	41,61	11	1.017
AIKA34	AKAMAI TECHN	DRN	-	-	-	-	-	-	-	39,95	-	-
AILB34	ALBEMARLE CO	DRN	49,32	47,41	49,95	48,98	47,41	-0,75+	44,44	-	11	547
AILG34	ALIGN TECHNO	DRN	-	-	-	-	-	-	180,00	-	-	-
AILK34	ALASKA AIR G	DRN	-	-	-	-	-	-	108,00	355,00	-	-
AILL34	BREAD FINAN	DRN	50,07	49,95	50,07	49,99	49,95	4,45+	45,00	54,00	2	31
AILN34	ALNYLAM PHAR	DRN	62,05	61,38	62,22	62,05	61,38	0,70+	45,00	62,58	5	623
AIMB34	AMERISOURCEB	DRN	446,15	446,15	446,15	446,15	446,15	2,09+	437,00	-	1	20
AIMD34	ADVANCED MIC	DRN	42,45	41,61	42,49	41,86	42,02	-1,08+	41,61	42,35	79	26.971
AIME34	AMETEK INC	DRN	30,87	30,87	30,87	30,87	30,87	2,18+	-	-	1	154
AIMP34	AMERIPRISE F	DRN	407,50	406,90	409,60	407,46	409,60	2,34+	185,00	-	3	29
AIMT34	APPLIED MATE	DRN	50,52	50,52	51,08	50,55	50,53	-1,61+	49,00	54,30	5	132
AIMX34	AMERICAMOVIL	DRN	57,10	57,09	57,10	57,09	57,09	18,22+	48,32	57,10	2	2
AINE34	ARISTA NETWO	DRN	156,95	156,95	156,95	156,95	156,95	0,50+	86,00	185,84	1	15
AINS34	ANSYS INC	DRN	-	-	-	-	-	-	140,00	-	-	-
AION34	AON PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	185,00	-	-	-
AIOS34	AO SMITH COR	DRN	-	-	-	-	-	-	185,00	324,57	-	-
AIPA34	APA CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	115,00	-	-	-
AIPD34	AIR PRODUCTS	DRN	-	-	-	-	-	-	165,00	-	-	-
AIPH34	AMPHENOL COR	DRN ED	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-	-
AIRE34	ALEXANDRIA R	DRN	-	-	-	-	-	-	186,01	186,75	-	-
AIRG34	ARGENX SE	DRN	79,05	79,05	79,05	79,05	79,05	-4,06+	39,00	-	1	200
AISN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	-	62,60	-	-
AISU34	ASSURANT INC	DRN	165,60	165,60	165,60	165,60	165,60	3,95+	65,00	-	1	3
AITH34	AUTOHOME INC	DRN	-	-	-	-	-	-	16,73	-	-	-
AITM34	ATMOS ENERGY	DRN	-	-	-	-	-	-	141,00	-	-	-
AITT34	ALLSTATE COR	DRN	-	-	-	-	-	-	29,15	-	-	-
AIUA34	ANGLOGOLD AS	DRN	25,78	25,78	26,26	26,24	26,10	5,32+	24,78	-	9	882
AIUT34	AUTODESK INC	DRN	244,15	244,15	246,00	245,82	246,00	0,75+	215,10	260,00	2	31
AIVB34	AVALONBAY CO	DRN ED	-	-	-	-	-	-	206,00	-	-	-
AIWK34	AMERICAN WAT	DRN	-	-	-	-	-	-	175,00	-	-	-
AIYX34	ALTERYX INC	DRN	-	-	-	-	-	-	10,80	17,99	-	-
AIZN34	ASTRAZENECA	DRN	57,66	57,66	60,12	59,64	59,99	2,70+	57,66	59,99	42	1.995
AZMB34	AMBARELLA IN	DRN	16,68	16,65	16,68	16,67	16,65	-3,19+	10,00	-	6	291
AZMC34	AMC ENTERT H	DRN	3,70	3,53	3,77	3,62	3,63	-6,92+	3,50	3,78	67	10.704
AZMR34	AMYRIS INC	DRN	9,84	9,61	9,84	9,81	9,91	-1,63+	8,00	17,05	2	110
AZRE34	ARES MANAGEM	DRN	35,49	35,49	35,49	35,49	35,49	0,19+	15,00	-	1	195
AZRR34	ARROWHEAD PH	DRN	25,46	25,46	25,46	25,46	25,46	22,40+	25,20	-	1	1
AZSO34	ACADEMY SPOR	DRN ED	-	-	-	-	-	-	34,00	-	-	-
AZTZ34	AZENTA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	16,00	-	-	-
AACO34	ANGLOAMERICA	DRN	-	-	-	-	-	-	25,00	-	-	-
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	66,97	65,96	67,28	67,01	65,96	1,32+	65,96	68,10	4	22
AALR3	ALLIAR	ON NM	21,30	20,81	21,30	21,09	21,15	-0,23+	21,10	21,15	1.982	533.200
APL34	APPLE	DRN	34,70	33,97	34,77	34,39	34,31	0,85+	34,31	34,41	1.290	208.734
ABBV34	ABBVIE	DRN	54,40	53,50	54,40	53,68	53,81	3,38+	53,70	54,36	17	551
ABCB4	ABC BRASIL	PN N2	19,50	19,12	19,62	19,28	19,22	-1,63+	19,22	19,32	2.954	457.500
ABEV3	AMBEV S/A	ON E3	14,60	14,42	14,66	14,52	14,52	=	14,52	14,53	21.703	13.135.400
ABCD39	ABENCO GOLD	DRE	46,10	45,96	46,40	46,15	45,96	1,56+	46,50	-	3	3
ABTT34	ABBOTT	DRN	47,53	47,53	48,00	47,85	48,00	3,27+	47,77	48,60	3	148
ABUD34	AB INBEV	DRN	53,21	53,16	53,33	53,21	53,33	3,15+	38,66	56,00	3	242
ACNB34	ACCENTURE	DRN	-	-	-	-	-	-	1.319,29	1.528,00	-	-
ACWI11	TREND ACWI	CI	9,24	9,09	9,35	9,22	9,25	2,20+	9,24	9,30	203	296.835
ADBE34	ADOBE INC	DRN	35,67	35,33	35,77	35,63	35,38	1,49+	35,38	36,36	88	193.368
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN	52,80	52,80	52,80	52,80	52,80	1,03+	41,99	58,40	2	25
AERJ3	AERIS	ON NM	1,04	0,99	1,05	1,00	1,00	-2,91+	1,00	1,01	3.551	4.772.300
AESB3	AES BRASIL	ON NM	9,74	9,58	9,78	9,66	9,67	-0,41+	9,67	9,68	4.234	1.113.900
AFLT3	AFLUENT T	ON	-	-	-	-	-	-	9,26	9,44	-	-
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	44,73	43,59	45,36	44,52	44,65	0,08+	44,37	45,53	11	61
AGRO3	BRASILAGRO	ON NM	28,39	28,11	28,62	28,32	28,25	-0,17+	28,24	28,27	1.290	174.200
AGXY3	AGROGALAXY	ON NM	9,22	8,72	9,22	9,02	9,05	0,89+	8,98	9,05	301	39.000
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	13,30	25,00	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	14,00	22,00	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	-	33,00	-	-
AIGB34	AIG GROUP	DRN	333,44	333,44	333,44	333,44	333,44	1,46+	165,00	-	1	25
AIRB34	AIRBNB	DRN	22,41	21,81	22,54	22,14	21,81	-0,90+	21,81	22,13	63	14.304
ALLD3	ALLIED	ON NM	6,35	6,16	6,39	6,23	6,29	=	6,29	6,32	181	67.700
ALPA3	ALPARGATAS	ON NI	11,84	11,65	11,93	11,79	11,93	=	11,52	11,94	7	900
ALPA4	ALPARGATAS	PN NI	14,75	14,29	14,92	14,50	14,45	-1,56+	14,44	14,45	8.518	2.251.700
ALPO3	ALPARGAS	ON NM	17,58	17,51	17,61	15,55	15,51	-5,03+	1,51	1,57	286	100.600
AIK34	ESTANSCONAE	ON NM	15,15	16,37	15,15	16,52	16,50	-3,50+	16,46	16,50	7.429	2.055.000
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	34,15	34,15	35,14	34,73	34,90	-2,31+	34,70	35,06	85	68.979
ALU11P	ALUPAR	UNT N2	28,08	27,33	28,08	27,48	27,59	2,18+	27,47	27,59	4.162	707.600
ALUP3	ALUPAR	ON N2	9,17	8,71	9,17	8,85	8,71	-4,28+	8,70	8,94	257	42.500
ALU4P	ALUPAR	PN N2	9,39	9,20	9,39	9,28	9,20	-2,64+	9,20	9,52	71	10.500
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	1,26	1,16	1,27	1,19	1,16	-7,20+	1,16	1,17	3.022	5.888.600
AMBMP3	AMBIPAR	ON NM	21,27	20,50	21,41	20,76	20,66	-2,54+	20,64	20,66	4.442	7.848.000
AMER3	AMERICANAS	ON NM	9,38	8,97	9,55	9,16	9,16	-1,92+	9,16	9,17	20.248	23.230.900
AMGN34	AMGEN	DRN	48,68	48,68	49,70	49,69	49,70	2,09+	-	56,00	5	3.002
AMZ34	AMAZON	DRN	22,37	21,89	22,20	22,22	21,92	0,50+	21,92	22,00	2.085	534.591
ANIM3	ANIMA	ON NM	4,17	3,83	4,23	3,91	3,85	-7,45+	3,83	3,85	4.941	4.134.200
APER3	ALPER S.A.	ON NM	25,77	25,34	25,89	25,64	25,89	0,85+	24,80	25,90	60	53.800
APT13	ALPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	3.000,00	-	-	-
APT14	ALPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	3.000,00	-	-	-
APTIV34	APTIV PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	115,00	-	-	-
ARML3	ARMAC	ON NM	11,86	11,25	12,01	11,67	11,67	-1,10+	11,67	11,73	2.337	721.400
ARMT34	ARCELOR	DRN	70,42	70,07	70,42	70,15	70,07	0,12+	69,98	71,89	2	4
ARZZ3	AREZZO CO	ON E3 NM	78,82	75,93	78,90	76,78	76,57	-2,53+	76,57	76,64	5.287	1.218.700
ASAJ3	ASSAI	ON NM	20,02	19,12	20,10	19,34	19,30	-1,66+	19,30	19,31	21.667	8.606.100
ASIA11	TREND ASIA	CI	7,13	7,13	7,55	7,51	7,53	3,15+	7,48	7,53	217	345.137
ASML34	ASML HOLD	DRN	52,59	51,56	52,59	52,05	51,74	-0,30+	51,00	52,01	28	23.879
ATOM3	ATOMPAP	ON	2,43	2,35	2,43	2,38	2,37	-2,46+	2,37	2,42	29	7.700
ATTB34	ATT INC	DRN	32,80	32,07	32,80	32,40	32,40	0,77+	32,40	33,00	41	3.281
ATIV34	ACTIVISION	DRN	395,00	395,00	401,42	400,44	401,27	2,37+	372,91	403,10	7	248
AURAZ33	AURA 360	DR3 ED	29,78	28,73	29,78	29,06	28,97	-0,10+	28,97	28,98	3.127	104.604
AURE3	AUREN	ON NM	14,82	14,48	14,82	14,65	14,72	-0,40+	14,70	14,72	6.034	1.633.000
AVGO34	BROADCOM INC	DRN ED	41,51	41,51	42,08	41,89	42,08	5,72+	-	44,40	10	3.657
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	7,71	7,28	7,71	7,68	7,70					

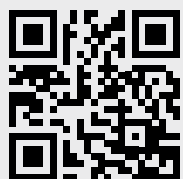
Pregão										Continuação									
Código	Empresa/Ação	Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Negócios Realizados				Ofertas				Negócios Realizados			
								Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade	Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade				
BRGE3	ALFA CONSORC	ON	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BRGE5	ALFA CONSORC	PNA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BRGE6	ALFA CONSORC	PNB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BRGE8	ALFA CONSORC	PND	9,00	9,00	9,26	9,21	9,26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BRIT3	BRISANET	ON NM	2,74	2,62	2,74	2,68	2,71	0,37+	2,67	2,71	889	299.200	-	-	-	-	-	-	
BRIV3	ALFA INVEST	ON	9,01	9,00	9,34	9,15	9,34	0,32+	9,07	9,99	6	900	-	-	-	-	-	-	
BRIV4	ALFA INVEST	PN	9,01	9,01	9,06	9,02	9,03	-3,73+	9,10	9,31	4	700	-	-	-	-	-	-	
BRKM3	BRASKEM	ON NI	23,70	23,50	24,09	23,70	23,69	0,72+	23,49	24,09	76	14.100	-	-	-	-	-	-	
BRKM5	BRASKEM	PNA NI	23,39	23,21	23,95	23,65	23,93	2,74+	23,92	23,93	7.751	1.507.300	-	-	-	-	-	-	
BRKM6	BRASKEM	PNB NI	-	-	-	-	-	-	18,32	25,50	-	-	-	-	-	-	-	-	
BRML3	BR MALLS PAR	ON NM	8,41	8,09	8,43	8,14	8,13	-3,09+	8,12	8,13	15.778	9.724.400	-	-	-	-	-	-	
BRPR3	BR PROPERT	ON NM	6,37	6,15	6,37	6,21	6,20	-2,36+	6,20	6,21	3.258	1.086.300	-	-	-	-	-	-	
BRRS3	BANRISUL	ON NI	10,61	10,50	10,74	10,58	10,62	0,18+	10,53	10,69	31	4.200	-	-	-	-	-	-	
BRRS5	BANRISUL	PNA NI	17,58	17,58	17,58	17,58	17,58	8,98+	16,00	17,50	1	100	-	-	-	-	-	-	
BRSR6	BANRISUL	PNB NI	9,81	9,50	9,81	9,58	9,59	-1,74+	9,58	9,59	2.711	851.200	-	-	-	-	-	-	
BSDV39	CX SUPERDIVD	DRE EG	64,84	64,84	65,40	65,00	65,40	3,38+	61,50	-	18	1.854	-	-	-	-	-	-	
BSHV39	BKR SHORT TR	DRE	58,50	58,50	59,15	58,54	59,15	2,86+	56,00	59,15	2	16	-	-	-	-	-	-	
BSHV39	BKR I 3 YRTR	DRE	53,00	53,00	54,70	53,85	54,70	3,48+	53,00	-	3	20	-	-	-	-	-	-	
BSIL39	CX SILVER MN	DRE	30,95	30,95	31,44	31,19	31,44	6,82+	-	-	2	4	-	-	-	-	-	-	
BSIZ39	MSCIUSASIFZ	DRE	-	-	-	-	-	-	31,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BSLI3	BRB BANCO	ON	-	-	-	-	-	-	15,50	17,63	-	-	-	-	-	-	-	-	
BSLI4	BRB BANCO	PN	-	-	-	-	-	-	12,57	13,69	-	-	-	-	-	-	-	-	
BSLV39	SILVER TRUST	DRE	37,93	37,93	39,22	38,94	38,93	4,00+	37,43	39,05	200	19.954	-	-	-	-	-	-	
BSNS39	CX INTERTHGS	DRE	38,46	38,46	38,58	38,52	38,47	1,21+	-	-	4	28	-	-	-	-	-	-	
BSOC39	CX SOCIAL MD	DRE	20,40	20,40	20,45	20,42	20,45	3,38+	-	-	2	4	-	-	-	-	-	-	
BSOX39	BKR SEMICOND	DRE	45,33	45,23	45,98	45,53	45,23	-0,19+	44,39	45,68	5	7	-	-	-	-	-	-	
BSRE39	CX SUDIVREIT	DRE EG	116,60	116,61	117,15	117,08	117,10	2,78+	93,33	-	10	284	-	-	-	-	-	-	
BSUS39	ESGMSCIUSA L	DRE	-	-	-	-	-	-	20,00	38,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
BTEK1	INVESTO BTEK	CI	65,99	65,24	66,32	65,78	65,30	-0,30+	-	-	4	2.001	-	-	-	-	-	-	
BTLT39	BKR 20YR TRS	DRE	40,00	36,50	40,00	39,99	36,50	-6,41+	36,77	42,00	9	5.501	-	-	-	-	-	-	
BURA39	CX URANIUM	DRE	34,29	34,29	35,83	34,93	35,75	5,14+	34,29	35,80	980	2.678	-	-	-	-	-	-	
BUSM39	MSCI US MVOL	DRE	47,89	47,89	48,02	48,01	48,02	3,44+	-	-	2	40.382	-	-	-	-	-	-	
BUSR39	CORE US REIT	DRE	43,68	43,50	43,68	43,60	43,50	3,20+	42,60	-	2	53	-	-	-	-	-	-	
BUTL39	BKR US UTILT	DRE	57,69	57,69	57,69	57,69	57,69	0,26+	-	-	1	593	-	-	-	-	-	-	
BVLU39	MSCIUSVALUEF	DRE	48,14	48,14	48,14	48,14	48,14	2,36+	46,52	-	1	223.956	-	-	-	-	-	-	
BXPO1	INVESTO BXPO	CI	102,11	101,80	102,57	101,82	102,57	0,99+	102,56	-	3	45	-	-	-	-	-	-	
BXTC39	EXPON TECHN L	DRE	-	-	-	-	-	-	39,24	44,19	-	-	-	-	-	-	-	-	
CIAB34	CABLE ONE IN	DRN	-	-	-	-	-	-	18,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CIAG34	CONAGRA BRAN	DRN	-	-	-	-	-	-	90,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CIAH34	CARDINAL HEA	DRN	-	-	-	-	-	-	185,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CIBL34	CHUBB LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	240,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CIBR34	CBRE GROUP I	DRN	-	-	-	-	-	-	189,00	406,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
CIBS34	PARAMOUNT GL	DRN	88,00	87,21	88,00	87,90	87,66	-0,54+	-	124,00	3	100	-	-	-	-	-	-	
CIC134	CROWN CASTLE	DRN	179,10	179,10	181,29	181,27	181,29	0,78+	139,96	-	2	131	-	-	-	-	-	-	
CICL34	CARNIVAL COR	DRN	41,32	39,99	41,32	40,99	40,94	2,29+	39,00	42,00	8	4.146	-	-	-	-	-	-	
CIDN34	CADENCE DESI	DRN	-	-	-	-	-	-	180,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CIFC34	CITIZENS FIN	DRN	-	-	-	-	-	-	100,00	219,99	-	-	-	-	-	-	-	-	
CIFI34	CF INDUSTRIE	DRN	467,00	467,00	467,00	467,00	467,00	0,07+	414,14	759,00	1	25	-	-	-	-	-	-	
CIGP34	COSTAR GROUP	DRN	4,01	4,01	4,09	4,05	4,05	2,27+	3,90	-	3	12	-	-	-	-	-	-	
CIHK34	CHECK POINT	DRN	-	-	-	-	-	-	150,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CIHT34	CHUNGHWA TEL	DRN	-	-	-	-	-	-	-	57,60	-	-	-	-	-	-	-	-	
CIIC34	CIGNA CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CIMA34	COMERICA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	80,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CIMC34	CHIPOTLE MEX	DRN	-	-	-	-	-												

Pregão

Continuação

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas				Negócios Realizados			
									Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade	Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade
GPRO34	GOPRO	DRN	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-	-	-	-	-
GRND03	GRENDENE	ON NM	6,60	6,25	6,60	6,31	6,27	-4,85+	6,27	6,29	5.548	1.238.900	-	-	-	-
CGSI34	GOLDMANSACHS	DRN	61,14	60,21	61,14	60,43	60,37	1,22+	59,64	65,00	26	229	-	-	-	-
CSHP3	GENERALSHOPP	ON	23,00	23,00	23,00	23,00	23,00	=	22,00	25,29	1	100	-	-	-	-
CUAR3	GUARARAPES	ON NM	7,02	6,26	7,04	6,50	6,30	-10,00+	6,30	6,33	6.580	2.684.500	-	-	-	-
CURU1	ETF GURU	CI	8,77	8,31	8,77	8,43	8,50	-0,93+	8,27	8,51	15	10.592	-	-	-	-
HIAS34	HASBRO INC	DRN	-	-	-	-	-	-	62,00	-	-	-	-	-	-	-
HIBA34	HUNTINGTON B	DRN ED	-	-	-	-	-	-	35,00	-	-	-	-	-	-	-
HIBI34	HANESBRANDS	DRN	-	-	-	-	-	-	31,00	-	-	-	-	-	-	-
HICA34	HCA HEALTHCA	DRN	-	-	-	-	-	-	62,76	70,00	-	-	-	-	-	-
HIDB34	HDFC BANK LT	DRN	71,41	71,41	71,41	71,41	71,41	3,83+	-	-	1	197	-	-	-	-
HIES34	HESS CORP	DRN ED	-	-	-	-	-	-	200,00	-	-	-	-	-	-	-
HIFC34	HF SINCLAIR	DRN	-	-	-	-	-	-	125,00	-	-	-	-	-	-	-
HIIG34	HARTFORD FIN	DRN	-	-	-	-	-	-	184,00	-	-	-	-	-	-	-
HIIL34	HUNTINGTON I	DRN	16,10	16,10	16,22	16,18	16,22	5,66+	15,30	-	3	111	-	-	-	-
HIOG34	HARLEY-DAVID	DRN	218,40	218,40	218,40	218,40	218,40	-11,13+	216,35	238,00	1	9	-	-	-	-
HIOI34	HOLOGIC INC	DRN	-	-	-	-	-	-	194,00	-	-	-	-	-	-	-
HIPE34	HEWLETT PACK	DRN	84,56	84,56	84,56	84,56	84,56	5,59+	64,00	-	1	20	-	-	-	-
HIRB34	HER BLOCK IN	DRN	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-	-	-	-	-	-
HIRL34	HORMEL FOODS	DRN	-	-	-	-	-	-	110,00	-	-	-	-	-	-	-
HISB34	HSBC HOLDING	DRN	40,61	40,61	40,61	40,61	40,61	0,37+	40,92	43,12	1	61	-	-	-	-
HIST34	HOT HOTELS	DRN	84,66	84,66	84,66	84,66	84,66	0,24+	-	-	-	-	-	-	-	-
HITH34	H WORLD GRP	DRN	-	-	-	-	-	-	54,70	-	-	-	-	-	-	-
HIUM34	HUMANA INC	DRN	60,06	60,06	60,06	60,06	60,06	-3,08+	-	62,00	1	127	-	-	-	-
HIZN34	HORIZON THER	DRN	59,58	59,58	59,80	59,58	59,80	0,08+	44,00	-	2	1.125	-	-	-	-
H2TA34	HEALTH REALT	DRN	-	-	-	-	-	-	20,00	27,08	-	-	-	-	-	-
H2UB34	HUBSPOT INC	DRN	-	-	-	-	-	-	26,80	-	-	-	-	-	-	-
HAGA3	HAGA S/A	ON	3,79	3,30	3,85	3,49	3,30	-12,92+	3,30	3,65	72	15.500	-	-	-	-
HAGA4	HAGA S/A	PN	1,14	1,13	1,14	1,13	1,13	-1,73+	1,13	1,14	8	3.200	-	-	-	-
HALI34	HALLIBURTON	DRN	-	-	-	-	-	-	172,03	-	-	-	-	-	-	-
HAPV3	HAPVIDA	ON NM	5,20	4,95	5,22	5,01	5,01	-3,28+	5,01	5,02	34.262	31.252.700	-	-	-	-
HBBR3	HELBOR	ON NM	2,07	1,98	2,07	2,00	1,99	-3,86+	1,99	2,00	2.230	891.800	-	-	-	-
HBRF3	HBR REALTY	ON NM	4,55	4,45	4,57	4,50	4,45	-2,19+	4,45	4,50	73	32.000	-	-	-	-
HBSA3	HIDROVIAS	ON NM	2,36	2,24	2,38	2,27	2,24	-5,08+	2,23	2,24	6.471	6.619.200	-	-	-	-
HBT55	HABITASUL	PNA	30,02	29,00	30,02	29,51	29,00	-3,39+	28,00	30,00	4	400	-	-	-	-
HEIA34	HEINEKEN	DRN	-	-	-	-	-	-	57,25	-	-	-	-	-	-	-
HEIO34	HEINEKEN HO	DRN	-	-	-	-	-	-	22,90	-	-	-	-	-	-	-
HETA3	HERCULES	ON	-	-	-	-	-	-	3,00	96,00	-	-	-	-	-	-
HETA4	HERCULES	PN	-	-	-	-	-	-	3,81	4,18	-	-	-	-	-	-
HOME34	HOME DEPOT	DRN	60,35	60,20	60,52	60,28	60,47	2,57+	59,66	60,47	20	1.628	-	-	-	-
HONB34	HONEYWELL	DRN	113,80	113,80	113,80	113,80	113,80	3,34+	110,12	-	1	3	-	-	-	-
HOND34	HONDA MO	DRN	121,18	121,05	121,18	121,17	121,05	1,91+	118,10	123,86	2	13	-	-	-	-
HPQB34	HP COMPANY	DRN	140,12	140,12	161,13	141,98	143,22	3,27+	140,22	160,98	10	156	-	-	-	-
HSHY34	HERSHEY CO	DRN	-	-	-	-	-	-	110,00	-	-	-	-	-	-	-
HTEKI1	IT NOW HCARE	CI	49,00	49,00	50,80	50,52	50,40	1,61+	49,23	50,40	8	19.545	-	-	-	-
HYPE3	HYPERA	ON E3 NM	44,10	43,74	44,92	44,24	44,31	0,47+	44,17	44,33	13.286	2.195.800	-	-	-	-
IAC34	IAC INTERACT	DRN	11,31	11,31	11,31	11,31	11,31	0,08+	10,00	-	1	2	-	-	-	-
IIBN34	ICICI BANK L	DRN	-	-	-	-	-	-	96,00	-	-	-	-	-	-	-
ICE34	INTERCONTINE	DRN	-	-	-	-	-	-	209,94	-	-	-	-	-	-	-
IDX34	IDEXX LABORA	DRN	-	-	-	-	-	-	175,00	-	-	-	-	-	-	-
IIF34	FLAVOR FLAGR	DRN ED	276,00	273,52	276,00	274,76	273,52	1,28+	135,00	-	2	2	-	-	-	-
IIG34	INT EXCHANGE	DRN	-	-	-	-	-	-	27,00	-	-	-	-	-	-	-
IILM34	ILLUMINA INC	DRN	200,00	197,00	200,00	197,02	197,00	-1,88+	191,98	-	5	101	-	-	-	-
INCN34	INCYTE CORP	DRN	213,01	212,73	213,01	212,98	212,94	10,33+	94,00	-	3	148	-	-	-	-
IIPC34	INTERNATIONA	DRN	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-	-	-	-	-	-
IPG34	IPC PHOTONIC	DRN	-	-	-	-	-	-	124,00	-	-	-	-	-	-	-
IPPH34	INTERPUBLIC	DRN	-	-	-	-	-	-	77,00	-	-	-	-	-	-	-
IQV34	IQVIA HOLDIN	DRN	-	-	-	-	-	-	144,00	-	-	-	-	-	-	-
IQY34	IQVY INC	DRN	12,63	12,58	12,74	12,69	12,58	5,36+	11,94	100,00	124	4.202	-	-	-	-
IIRM34	IRON MOUNTAI	DRN	-	-	-	-	-	-	233,00	-	-	-	-	-	-	-
IIRP34	TRANE TECH	DRN	-	-	-	-	-	-	191,00	-	-	-	-	-	-	-
IISR34	INTUITIVE SU	DRN	69,10	69,10	70,00	69,97	70,00	1,55+	60,03	-	2	7.837	-	-	-	-
ITW34	ILLINOIS TOO	DRN	-	-	-	-	-	-	125,00	-	-	-	-	-	-	-
IVZ34	INVESCO LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	41,00	-	-	-	-	-	-	-
I2NV34	INVITATIONHO	DRN	-	-	-	-	-	-	15,00	-	-	-	-	-	-	-
I2RS34	INCERSOLL RD	DRN	46,29	46,29	46,29	46,29	46,29	1,64+	-	-	1	68	-	-	-	-
IIBM34	IBM	DRN	751,90	751,90	751,90	751,90	751,90	3,93+	723,40	-	1	4	-	-	-	-
IBOB1	PACTUAL IOBV	CI	87,44	87,44	87,44	87,44	87,44	-0,25+	85,38	87,45	1	1.124	-	-	-	-
IFCM3	INFRACOMM	ON NM	3,65	3,35	3,73	3,56	3,70	1,36+	3,65	3,70	4.708	1193.400	-	-	-	-
IGTI1	IGUATEMI S.A	UNT NI	18,60	17,90	18,67	18,11	18,14	-2,15+	18,11	18,14	6.710	1.299.800	-	-	-	-
IGT13	IGUATEMI S.A	ON NI	2,69	2,54	2,69	2,56	2,54	-5,22+	2,54	2,59	264	68.900	-	-	-	-
IGT14	IGUATEMI S.A	PN NI	7,77	7,60	7,77	7,72	7,60	-6,17+	7,52	8,16	3	400	-	-	-	-
INBR32	INTER CO	DR2	10,79	10,23	10,79	10,49	10,59	-0,84+	10,57	10,59	12.690	2.089.128	-	-	-	-
INEP3	INEPAR	ON	1,12	1,07	1,13	1,09	1,10	-1,78+	1,10	1,11	282	728.400	-	-	-	-
INEP4	INEPAR	PN	1,00	0,95	1,00	0,96	0,96	-3,03+	0,95	0,96	143	282.600	-	-	-	-
INGG34	INC GROEP	DRN	65,34	65,34	65,34	65,34	65,34	1,30+	40,00	65,40	1	1	-	-	-	-
INTB3	INTELBRAS	ON NM	30,00	29,34	30,23	29,58	29,47	-1,47+	29,47	29,59	3.417	495.100	-	-	-	-
INTU34	INTUIT INC	DRN	46,14	46,14	46,14	46,14	46,14	2,46+	-	-	1	10	-	-	-	-
IRBR3	IRBRASIL RE	ON NM	0,91	0,87	0,92	0,88	0,88	-2,22+	0,87	0,88	13.726	26.380.100	-	-	-	-
ISUS1	IT NOW ISE	CI	31,10	30,72	31,10	30,82	30,75	-1,12+	30,51	31,44	19	342	-	-	-	-
ITLC34	INTEL	DRN	22,37	22,37	22,98	22,79	22,88	2,27+	22,88	23,00	95	8.466	-	-	-	-
ITSA3	ITAUSA	ON NI	9,05	8,81	9,05	8,86	8,84	-2,32+	8,80	8,84	321	133.100	-	-	-	-
ITSA4	ITAUSA	PN NI	8,51	8,31	8,54	8,37	8,38	-1,06+	8,37	8,38	22.213	12.469.900	-	-	-	-
ITUB3	ITAUNIBANCO	ON NI	21,65	21,20	21,65	21,37	21,38	-0,92+	21,37	21,38	1.996	863.300	-	-	-	-

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade
ITUB4	ITAUNIBANCO	PN NI	24,66	24,27	24,73	24,45	24,55	-0,56+	24,54	24,55	42.014	17.203.600
IVVB1	ISHARE SP500	CI	222,50	221,24	223,57	222,52	222,20	1,46+	222,20	222,71	7.186	531.224
JIC134	JOHNSON CONT	DRN ED	339,24	339,24	339,24	339,24	339,24	1,48+	174,00	-	1	6
JIEF34	JEFFERIES FI	DRN	-	-	-	-	-	-	160,02	225,00	-	-
JIEG34	JACOBS SOLUT	DRN	-	-	-	-	-	-	165,00	-	-	-
JIKH34	JACK HENRY	DRN	-	-	-	-	-	-	123,00	-	-	-
JINP34	JUNIPER NETW	DRN	-	-	-	-	-	-	75,00	-	-	-
JINW34	NORDSTROM IN	DRN	-	-	-	-	-	-	60,00	135,00	-	-
JZWA34	JOHN WILEY S	DRN ED	-	-	-	-	-	-	27,00	-	-	-
JALL3	JALLESMACHAD	ON NM	7,41	7,20	7,43	7,30	7,29	-1,35+	7,28	7,30	1.963	290.300
JBS53	JBS	ON NM	21,02	20,77	21,25	20,99	21,06	0,09+	21,06	21,07	10.920	4.496.900
JDCO34	JDC COM	DRN	51,27	51,19	52,17	51,37	51,86	8,17+	35,00	53,39	116	5.395
JHSF3	JHSF PART	ON ED NM	5,14	4,93	5,16	4,99	4,93	-3,52+	4,93	4,95	5.228	1.657.300
JNB34	JOHNSON	DRN	62,43	62,27	62,80	62,48	62,41	5,69+	62,41	62,74	251	24.143
JICO01	INVESTO JOGO	CI	55,55	54,40	56,54	56,26	56,35	1,34+	53,90	57,60	25	22.452
JOAP3	JO SAPAR	ON	-	-	-	-	-	-	21,63	23,50	-	-
JOAP6	JO SAPAR	PN	-	-	-	-	-	-	27,00	45,00	-	-
JPMC34	JPMORGAN	DRN	69,13	68,91	69,88	69,49	69,48	2,65+	69,48	69,70	318	12.555
JSLG3	JSL	ON NM	5,95	5,68	5,95	5,73	5,73	-2,71+	5,72	5,73	2.954	1151.500
KIEL34	KELLOGG CO	DRN	191,52	191,50	191,52	191,52	191,52	3,31+	185,38	-	1	1
KIM34	KIMCO REALTY	DRN	112,30	112,30	112,42	112,37	112,42	5,11+	105,00	-	2	380
KILA34	KILA CORP	DRN	490,56	490,56	490,56	490,56	490,56	0,09+	214,00	-	1	9
KIMX34	CARMAX INC	DRN	-	-	-	-	-	-	122,00	-	-	-
KIRC34	KROGER CO	DRN	244,00	242,64	244,00	243,32	242,64	3,90+	120,00	-	2	2
KISG34	KEYSIGHT TEC	DRN	-	-	-	-	-	-	231,00	-	-	-
KIS534	KOHL'S CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	115,00	313,66	-	-
KITC34	KT CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	56,98	-	-	-
KZCC34	KINGSOFT CHL	DRN	2,71	2,71	3,10	3,08	3,00	1,69+	2,60	3,30	7	357
KZRC34	KILROY REALT	DRN	-	-	-	-	-	-	-	44,37	-	-
KEPL3	KEPLER WEBER	ON	20,66	19,82	20,66	20,05	20,00	-2,77+	19,96	20,00	1.908	365.900
KHCB34	KRAFT HEINZ	DRN	52,29	52,29	54,07	53,70	54,07	2,15+	54,07	54,99	18	416
KLBN11	KLABIN S/A	UNT EJ N2	19,23	19,05	19,58	19,36	19,55	2,30+	19,52	19,55	11.050	4.182.600
KLBN3	KLABIN S/A	ON EJ N2	3,85	3,81	3,90	3,86	3,89	1,30+	3,89	3,90	764	434.300
KLBN6	KLABIN S/A	PN EJ N2	3,84	3,81	3,93	3,87	3,92	2,08+	3,91	3,92	2.247	2.381.200
KMBB34	KIMBERLY CL	DRN	-	-	-	-	-	-	365,00	-	-	-
KMIC34	KINDER MORG	DRN	-	-	-	-	-	-	40,00	-	-	-
KMPR34	KEMPER CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	59,00	170,00	-	-
KRSK3	KORA SAUDE	ON NM	0,85	0,79	0,89	0,82	0,79	-5,95+	0,79	0,80	559	774.300
LIBT34	LIBERTY GLOB	DRN	-	-	-	-	-	-	80,00	130,00	-	-
LIC434	LABORATORY C	DRN	307,43	307,43	307,43	307,43	307,43	2,06+	145,00	-	1	18
LIDO34	LEIDOS HOLDI	DRN	55,76	55,76	55,76	55,76	55,76	1,65+	-	-	1	104
LIEG34	LEGGOTT PL	DRN	-	-	-	-	-	-	130,00	-	-	-
LJEN34	LENNAR CORP	DRN	478,57	478,57	478,57	478,57	478,57	1,41+	200,00	-	1	2
LJHS34	L3HARRIS TEC	DRN	-	-	-	-	-	-	145,00	-	-	-
LJIN34	LINDE PLC	DRN	436,00	436,00	436,00	436,00	436,00	1,28+	196,00	489,71	1	20
LJKQ34	LKQ CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	125,00	-	-	-
LJMN34	LUMEN TECH	DRN	27,83	26,60	27,83	27,76	27,78	3,15+	27,52	30,75	10	532
LJNC34	LINCOLN NATI	DRN	159,45	159,45	159,45	159,45	159,45	3,39+	130,00	-	1	1
LOE534	LOEWS CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	150,00	-	-	-
LJUL34	LULULEMON AT	DRN	414,79	414,79	414,79	414,79	414,79	4,28+	366,66	-	2	5
LJWH34	LAMB WESTON	DRN	-	-	-	-	-	-	110,00	-	-	-
LJYB34	LYONDELLBASE	DRN	220,00	220,00	220,00	220,00	220,00	3,07+	100,00	-	2	2
LJY34	LLOYDS BANK	DRN	11,83	11,80	11,84	11,83	11,84	1,98+	11,84	12,50	4	150
LJYV34	LIVE NATION	DRN	73,51	73,51	73,51	73,51	73,51	1,65+	41,00	-	1	14
LZPL34	LPL FINCL HD	DRN	64,00	63,40	64,00	63,40	63,40	1,66+	-	-	4	350
LZSC34	LATITICE SEMI	DRN	-	-	-	-	-	-	19,00	-	-	-
LJ234	LIFE STORAGE	DRN	34,97	34,97	35,23	35,12	35,23	4,63+	27,00	-	2	2.000
LJND3	TERRASANTAPA	ON NM	28,00	27,69	28,04	27,81	27,75	-0,60+	27,60	27,75	102	20.800
LAVJ3	LAVI	ON NM	4,78	4,67	4,86	4,74	4,78	-2,44+	4,75	4,78	2.410	749.200
LIBD34	LIBERTY BROA	DRN	-	-	-	-	-	-	17,00	-	-	-
LEVE3	METAL LEVE	ON NM	31,01	30,12	31,01	30,53	30,41	-0,88+	30,41	30,61	1.090	142.200
LJY3	MMLT S/A	ON NM	4,92	4,64	4,95	4,69	4,65	-4,51+	4,65	4,66	5.398	2.262.600
LJL34	LILLY	DRN	62,32	62,32	64,98	64,46	64,16	12,26+	62,32	64,80	104	11.298
LJPP3	ELEETROPAR	ON	-	-	-	-	-	-	67,84	70,00	-	-
LJQQ3	QUERO-QUERO	ON NM	4,43	4,11	4,53	4,27	4,11	-8,46+	4,11	4,12	5.539	3.463.700
LMTB34	LOCKHEED	DRN	2.569,28	2.569,28	2.569,28	2.569,28	2.569,28	3,18+	2.480,00	-	1	10
LOGG3	LOG COM PROP	ON NM	16,66	15,42	16,66	15,91	15,45	-5,27+	15,45	15,47	2.921	2.167.600
LOGN3	LOG-IN	ON NM	35,76	34,69	36,10	35,46	35,44	-1,71+	35,43	35,60	790	114.500
LOWC34	LOWES COMPA	DRN	53,42	53,40	53,42	53,41	53,40	4,70+	53,23	72,00	2	41
LPSB3	LOPES BRASIL	ON NM	1,84	1,76	1,86	1,79	1,80	-3,22+	1,80	1,83	280	167.900
LREN3	LOJAS RENNER	ON EJ NM	20,91	19,90	20,96	20,25	20,38	-1,59+	20,37	20,41	29.167	9.750.800
LJXM4	TREVISA	PN	80,50	80,50	80,98	80,51	80,98	-0,59+	75,02	80,50	20	3.900
LJVT3	WDC NETWORKS	ON NM	6,11	5,85	6,16	5,94	5,91	-3,58+	5,85	5,91	645	84.700
LWSA3	LOCAWEB	ON NM	7,07	6,81	7,11	6,89	6,87	-2,41+	6,87	6,88	8.551	4.877.900
MIAA34	MID-AMERICA	DRN	207,23	207,23	207,90	207,56	207,90	4,94+	90,00	220,00	2	400
MIA534	MASCO CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	120,00	-	-	-
MICB34	MOLSON COORS	DRN	-	-	-	-	-	-	141,00	-	-	-
MICH34	MICROCHIP TE	DRN	181,42	181,42	181,42	181,42	181,42	1,69+	83,00	-	1	5
MICK34	MCKESSON COR	DRN	-	-	-	-	-	-	235,00	-	-	-
MIDB34	MONGODB INC	DRN	51,94	49,96	51,94	50,89	49,96	-1,01+	42,30	-	4	50
MGM34	MGM RESORTS	DRN	-	-	-	-	-	-	95,00	196,00	-	-
MHHK34	MOHAWK INDUS	DRN	19,88	19,88	19,88	19,88	19,88	0,65+	15,00	-	1	3
MKCC34	MCCORMICK	DRN	-	-	-	-	-	-	45,00	-	-	-
MILC34	MELCO RESORT	DRN	31,91	31,68	31,92	31,91	31,68	12,10+	10,00	-	8	2.054
MIMC34	MARSH E MCLE	DRN	438,69	438,03	438,69	438,30	438,03	-5,14+	219,00	-	8	70
MINS34	MONSTER BEVE	DRN	66,35	66,35	67,70	67,28	67,70	3,73+	54,23	68,30	8	7.165
MIPC34	MARATHON PET	DRN	-	-	-	-	-	-	285,00	-	-	-
MIRN34	MODERNA INC	DRN	52,51	47,40	52,80	49,16	47,40	-10,73+	47,40	48,20	259	63.292



DIVULGAÇÃO

Visita ao DC

A presidente da Comissão de Apoio Jurídico às Micro e Pequenas Empresas da OAB Minas, Juliana Mancini, e a presidente da Comissão de Gestão, Empreendedorismo e Inovação da OAB Minas, Michelle Hígino, visitaram ontem o DIÁRIO DO COMÉRCIO, onde foram recebidas pela presidente do DC, Adriana Costa Muls, e pelo diretor executivo do DC, Yvan Muls.

Revitalização da rua Sapucaí

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) está ouvindo a população da Capital sobre a implantação e melhorias na estrutura e o espaço de convivência na rua Sapucaí, no bairro Floresta. A rua é considerada ponto turístico e local de encontro em uma das regiões culturais mais efervescentes da capital, com opções gastronômicas, culturais e de convivência do espaço público. Por estar localizada em área elevada, funciona como mirante para o Centro, propiciando uma visão e experiência singular de observação do conjunto urbano do hipercentro e dos murais do Projeto Cura. A proposta desenvolvida pela PBH prevê que os três primeiros quarteirões da via - entre as avenidas Assis Chateaubriand e Francisco Sales - sejam destinados ao uso prioritário de pedestres. Com o redesenho, o espaço pode ganhar área de permanência, mobiliário urbano, arborização e paisagismo, arquibancada mirante, quiosques comerciais com banheiro público, e ainda, prevê acesso local para carros das garagens existentes e vagas de carga e descarga. As linhas de ônibus que chegam pelo viaduto Santa Tereza e entram na Sapucaí, passariam a subir a av. Assis Chateaubriand, virar na Francisco Sales e retornar à rua Sapucaí. A consulta realizada por meio do formulário pode ser respondida até o final de janeiro de 2023.

Concerto “Saulo visita o sertão de Elomar”

Saulo Laranjeira completou, em novembro, sete décadas e quem ganha presente é o público. O artista festejou a data com show no Palácio das Artes interpretando Elomar Figueira Mello e a Rede Minas exibe o espetáculo hoje, às 22h, na programação especial de fim de ano. “Foi uma honra comemorar o meu aniversário de 70 anos interpretando a obra do grande menestrel”, diz ele, que faz o convite ao público para conferir o espetáculo pela TV. Cantor, compositor, ator e humorista, Saulo construiu uma trajetória artística na televisão e nos palcos. Para comemorar seu aniversário, Saulo escolheu Elomar, de quem interpretou músicas e realizou parcerias, como a narração do DVD “O Auto da Catingueira”, do cancionista. O concerto “Saulo visita o sertão de Elomar” pode ser visto também no *site redeminas.tv* e na plataforma de *streaming* EMCplay. A exibição faz parte da programação especial de fim de ano da emissora, que também traz o show de Hermeto Pascoal, amanhã, às 22h, e a Vesperata de Diamantina, no sábado (31), às 22h. Para marcar o primeiro dia do ano, tem a ópera “A flauta mágica”, às 22h, e “Rede Minas Memória - Especial 80 anos Milton Nascimento”, às 23h.

“Mundo Vasto Acaba Mundo”

Até amanhã, O Educativo do Memorial Vale apresenta a exposição “Mundo Vasto Acaba Mundo – A cidade invade a vila ou a vila invade a cidade?” que conta a trajetória da Vila Acaba Mundo por meio da história dos mapas, percurso apaixonadamente percorrido pelo urbanista e arquiteto Rogério Passos, que o explorou ao longo da dissertação de mestrado defendida junto ao Departamento de Geografia da UFMG, no ano de 2021. A mostra acontece no Cyber Café e conta com vídeos nos monitores, que abordam questões relativas à Cartografia, produção de mapas e seus usos. Também estão na mostra reproduções físicas de mapas, uma projeção em uma das colunas transversais e uma plotagem no vidro da porta do jardim de inverno, remetendo à Vila Acaba Mundo. Rogério Passos é urbanista e arquiteto formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Geografia e doutorando em arquitetura e urbanismo na mesma instituição. Atuou em educativos de museus como Espaço do Conhecimento UFMG e Museu das Minas e do Metal (MM Gerda). Desenvolve pesquisas sobre cartografia, urbanismo com perspectiva de gênero e planejamento urbano e regional.

PBH intensifica as ações de educação ambiental

Em 2022 a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) aumentou as ações de educação ambiental no município. Projetos como “Ambiente em Foco” e “BH Itinerante”, além das atividades desenvolvidas nos sete centros de Educação Ambiental, foram sucesso de público ao longo do ano. Disponíveis em todas as regionais, os equipamentos e programas da PBH garantem o acesso a formações, cidadania e o cuidado com os ecossistemas.

O “Ambiente em Foco Virtual”, projeto da gerência de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, atendeu em 2022 mais que o dobro do público no ano anterior. Ao longo de 22 encontros, o ciclo de palestras contou com quase 4 mil inscritos, que participaram de exposições e debates abordando múltiplas pautas ambientais do interesse de Belo Horizonte. Em 2021, foram 1.857 inscritos.

Ao longo de todas as edições, a agenda recebeu profissionais que atuam com questões voltadas à proteção e garantia dos ecossistemas, bem como fomento a práticas cotidianas voltadas para o desenvolvimento sustentável dos espaços urbanos. Os encontros on-line contemplaram temáticas como biodiversidade, mudanças climáticas, meio ambiente e saúde, ecologia urbana, arborização, manutenção e plantio de árvores, agroecologia, consumo, impactos geológicos, sustentabilidade, ecossistema, crise hídrica, ar, água e vegetação. Além disso, foram realizadas atividades extraordinárias e presenciais como a “Travessia Ambiental” pela Serra da Moeda, visita ao aquário da Bacia do Rio São Francisco no Jardim Zoológico e ao Museu do Escravo.

A educação ambiental compreende a construção de valores sociais, conhecimentos, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Em conformidade com a Política Nacional de Educação Ambiental, a PBH foca a atuação em temas como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual Belo Horizonte é signatária.

O novo formato do ciclo de pales-

tras, além de possibilitar a ampliação do público, aumentou o alcance do planejamento das atividades, como explica o grente de Educação Ambiental da Secretária Municipal de Meio Ambiente, Humberto Martins Marques. “Quando migramos para o ambiente virtual, conseguimos abraçar um público ainda maior e ministrar palestras com a participação de especialistas de todos os cantos do Brasil. Para o próximo semestre, o objetivo é manter nossas atividades nesse formato, uma vez que ele tem possibilitado uma expansão tão positiva”, avalia.

“Quando migramos para o ambiente virtual, conseguimos abraçar um público ainda maior e ministrar palestras com a participação de especialistas de todos os cantos do Brasil”

BH Itinerante - Criado há 22 anos por meio de uma demanda do público para que fossem aprofundadas as discussões de temas da realidade socioambiental de Belo Horizonte, o curso de extensão em educação ambiental é realizado semestralmente com o objetivo de formar agentes ambientais para a promoção de ações sustentáveis. Em 2022, o programa chegou a 43ª edição, tendo formado 100 novos agentes multiplicadores.

O conteúdo programático aborda assuntos como ecologia integral, Objetivos do Desenvolvimento Sus-

tentável (ODS), Agenda 21, aspectos físicos e biológicos, ambiente urbano, redes socioambientais e políticas urbanas. A metodologia utilizada é apresentada por meio de relatos de experiência, palestras, atividades interativas e lúdicas.

“Trazer estas pautas para o cotidiano da Capital é uma iniciativa de suma importância, tendo em vista o desenvolvimento crescente de Belo Horizonte e dinâmicas entre urbanização, consumo e preservação de recursos básicos, que devem coexistir nesse único espaço. Educar a nossa comunidade para um estilo de vida mais sustentável é o caminho que efetiva o êxito das nossas políticas ambientais, e o aumento da demanda de público nas atividades de educação ambiental mostra um avanço nesse sentido”, afirma o secretário municipal de Meio Ambiente, Mário Werneck.

Com o objetivo de ampliar a educação ambiental para todas as regionais da cidade, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente conta com centros de Educação Ambiental que têm o funcionamento baseado em um Programa Integrado de Educação Ambiental e na reprodução local das atividades oferecidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, além da incorporação de novas ações fundamentadas em peculiaridades e demandas específicas de cada região da cidade. São resultado de uma parceria estabelecida pela SMMA, Fundação de Parques Municipais, Secretaria Municipal de Educação e Secretarias de Administração Regional Municipais. **(Com informações da PBH)**



DIVULGAÇÃO / PBH

João Mendonça lança “Escola de Passarinhos”

O Sempre Um Papo recebe o professor e escritor João Marcos Mendonça para lançar seu livro “Escola de Passarinhos: o novo anormal” (Editora Gulliver). Roteirista da Mauricio de Sousa Produções, atuando nas revistas infantis da Turma da Mônica, ele fala também sobre sua trajetória com os quadrinhos. A conversa, mediada por Jozane Faleiro, acontece hoje, às 19h, com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube do projeto. O bate-papo tem acesso gratuito e contará com tradução simultânea em libras.

“Escola de Passarinhos” é uma série de tiras em quadrinhos que João Marcos Mendonça começou a publicar no Instagram, no fim de 2019. As tirinhas tratam do universo da educação e de todos os agentes envolvidos nesse processo (professores, estudantes, pais, etc.). A série nasceu da necessidade pessoal de falar, através dos quadrinhos, das dores e das delícias da educação, já que João Marcos é educador e pai de crianças em idade escolar.

Em 2020, as histórias acabaram virando um diário sobre as transformações que a escola passou por causa

da pandemia. As tirinhas acabaram chegando a muitos leitores com o sucesso do perfil e o compartilhamento das histórias em grupos de WhatsApp e outras redes sociais.

“Escola de Passarinhos: o novo anormal” aborda com muita leveza, humor e afeto, as mudanças que ocorrem no mundo nos últimos anos e a adaptação das pessoas a elas. É um livro que vai fazer rir e também emocionar. Com prefácio assinado pelo professor e escritor Mario Sergio Cortella, o livro faz uma homenagem a toda a comunidade escolar.

João Marcos Mendonça é mestre em artes visuais pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor no curso de arquitetura e urbanismo na Universidade Vale do Rio Doce. Ele atua ainda como roteirista da Mauricio de Sousa Produções, nas revistas infantis da turma da Mônica.

Ele é autor de mais de 15 livros em quadrinhos para crianças, publicados em editoras como Abacatte, A Semente, Nemo, Paulinas, entre outras. Participou dos livros MSP 50 (Panini), Ouro

da Casa (Panini), da exposição/livro Ícones dos Quadrinhos, entre outros. Seu livro “Três é demais” (Abacatte editorial, 2020) recebeu o prêmio selo Cátedra 10 Unesco de Leitura PUC-Rio 2020, na categoria “Distinção”. É autor da série de tiras publicada no Instagram “Escola de Passarinhos”, que trata do universo da educação.

João Mendonça atua também como ilustrador e pesquisador sobre o uso das histórias em quadrinhos na educação, trabalho que ganhou o troféu HQ Mix e gerou publicações teóricas na área.

O autor ministra palestras e oficinas em instituições de ensino, eventos literários e de quadrinhos no Brasil e exterior. João tem um canal no YouTube chamado Traça Traço, no qual ensina desenhos para crianças.